

Pesquisa Quantitativa Regular

Edição nº 06

Setembro de 2010

Índice

| | |
|--|-----------|
| 1. METODOLOGIA | 4 |
| 2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE..... | 12 |
| 3. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS..... | 24 |
| 4. SAÚDE E EDUCAÇÃO | 32 |
| 5. TEMAS ATUAIS..... | 40 |
| 6. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL..... | 53 |
| 7. FONTES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO..... | 62 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 66 |

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados correspondentes à sexta Pesquisa Regular de avaliação dos programas e ações do Governo Federal e também delinear análise comparativa do histórico de um ano de realização do estudo.

No capítulo 1 serão apresentados os principais aspectos metodológicos referentes à pesquisa. Inicialmente serão descritos os procedimentos de amostragem, os processos de preparação e realização da coleta de dados. Também serão descritos os procedimentos de controle de qualidade da coleta de dados, processamento das informações e análises estatísticas dos dados.

Nos capítulos subseqüentes serão apresentados os resultados referentes aos temas abordados nesse estudo: percepção da atual situação do Brasil, programas governamentais, saúde e educação, temas atuais, avaliação do Governo Federal, fontes de informação e comunicação.

O trabalho de coordenação central de campo foi desenvolvido por Jalcira das Virgens. O gerenciamento de base de dados e informações foi efetuado pelo matemático Jonas Hendler Carlos. O plano amostral da pesquisa foi elaborado pelo Estatístico Juscelino Zemiacki, Diretor Técnico de Pesquisas e Estatísticas da empresa Meta Instituto de Pesquisas de Opinião. A análise dos dados foi realizada pelo Doutor em Sociologia Flavio Eduardo Silveira e pelo Estatístico Juscelino Zemiacki. A apresentação dos dados foi preparada e realizada pela socióloga Laura Neis. A coordenação geral do trabalho foi de responsabilidade do sociólogo Dr. Flavio Eduardo Silveira, Diretor Presidente do Instituto de Pesquisa Meta.

1. METODOLOGIA

1.1. Objetivos

O estudo teve por objetivo geral investigar as percepções da população brasileira em relação à atual situação do país, aos programas e às ações do Governo Federal, às políticas públicas desenvolvidas e aos temas conjunturais, de forma a contribuir para orientação dos esforços de comunicação do governo.

1.2. Definição do público-alvo

“População maior de 16 anos residente em domicílios particulares permanentes do território brasileiro”.

1.3. Modalidade da pesquisa, método e técnica de coleta de dados

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa de natureza quantitativa, pelo método de coleta de dados por *survey*, com técnica de entrevista pessoal domiciliar.

1.4. Processo de amostragem e tamanho da amostra

O processo de amostragem para seleção de uma amostra da população definida obedeceu aos seguintes estágios:

- Primeiro estágio: seleção de uma amostra aleatória de setores censitários, por região geográfica do país, segundo cadastro de setores censitários dos resultados do universo do Censo Demográfico de 2000-IBGE;
- Segundo estágio: seleção de uma amostra de domicílios em cada um dos setores selecionados na etapa anterior, a partir de um processo de amostragem probabilístico sistemático; e

- Terceiro estágio: seleção de uma pessoa em cada domicílio para responder ao questionário da pesquisa, a partir de um processo de amostragem não-probabilístico por quotas se sexo, idade e faixa de rendimento nominal mensal.

O número de entrevistas realizadas por região geográfica, assim como a margem de erro para as estimativas de proporção para cada região, com uma confiança de 95%, é apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 1.1 - Tamanho de amostra e precisão estatística por região geográfica e Brasil

| Região | Amostra | Precisão Estatística (%) * |
|-----------------|----------------|-----------------------------------|
| Norte | 600 | 4,0 |
| Nordeste | 1.000 | 3,1 |
| Sudeste | 1.500 | 2,5 |
| Sul | 800 | 3,5 |
| Centro-oeste | 600 | 4,0 |
| Nacional | 4.500 | 1,7 |

*Erro amostral máximo considerando-se o processo de amostragem aplicado e confiança de 95%.

O número de domicílios a serem pesquisados por setor censitário foi definido entre 12 a 20 domicílios. A partir dessa definição do número de domicílios a serem pesquisados em cada setor censitário e do tamanho amostral de cada região geográfica foi definido o número de setores censitários pesquisados por região geográfica.

QUADRO 1.2 - Tamanho de amostra e número de setores por região geográfica

| Região | Amostra | Setores |
|---------------|----------------|----------------|
| Norte | 600 | 46 |
| Nordeste | 1.000 | 74 |
| Sudeste | 1.500 | 110 |
| Sul | 800 | 60 |
| Centro-oeste | 600 | 45 |
| Total | 4.500 | 335 |

Fonte: Agregado de Setores censitários
Censo 2000 - IBGE

A lista completa de municípios que fizeram parte da amostra, com os respectivos quantitativos de setores censitários selecionados para a mesma, é apresentada no Anexo I – Municípios da amostra. A fonte de dados secundários utilizada nesta fase do processo de amostragem foi a base “Agregado de Setores Censitários - Censo 2000”.

Todas as unidades federativas do país fizeram parte da amostra pesquisada. A distribuição amostral de cada estado foi proporcional ao total da população residente em domicílios particulares permanentes de cada estado, em setores censitários comuns ou não especiais e setores de aglomerados subnormais, dentro de cada Região Geográfica. A observância dessa proporcionalidade foi essencial para se garantir estimativas regionais livres da disparidade populacional de cada estado. O quadro a seguir apresenta o tamanho amostral de cada unidade da federação, de acordo com seus parâmetros populacionais.

QUADRO 1.3 - Tamanho de amostra pesquisada por Unidade Federativa, de acordo com distribuição da população residente em domicílios particulares permanentes, em setores censitários comuns ou não especiais

| | % da população | Amostra |
|-------------------------|----------------|--------------|
| Amostra nacional | | 4.500 |
| Norte | 100,0 | 600 |
| Rondônia | 11,0 | 66 |
| Acre | 4,0 | 24 |
| Amazônia | 21,0 | 126 |
| Roraima | 3,0 | 18 |
| Pará | 48,0 | 288 |
| Amapá | 4,0 | 24 |
| Tocantins | 9,0 | 54 |
| Nordeste | 100,0 | 1.000 |
| Maranhão | 11,0 | 110 |
| Piauí | 6,0 | 60 |
| Ceará | 15,0 | 150 |
| Rio Grande do Norte | 6,0 | 60 |
| Paraíba | 7,0 | 70 |
| Pernambuco | 17,0 | 170 |
| Alagoas | 6,0 | 60 |
| Sergipe | 4,0 | 40 |

| Bahia | 28,0 | 280 |
|---------------------------------|----------------|--------------|
| QUADRO 1.3 (Continuação) | | |
| | % da população | Amostra |
| Sudeste | 100,0 | 1.500 |
| Minas Gerais | 24,0 | 360 |
| Espírito Santo | 4,0 | 60 |
| Rio de Janeiro | 20,0 | 300 |
| São Paulo | 52,0 | 780 |
| Sul | 100,0 | 800 |
| Paraná | 37,0 | 296 |
| Santa Catarina | 21,0 | 168 |
| Rio Grande do Sul | 42,0 | 336 |
| Centro-Oeste | 100,0 | 600 |
| Mato Grosso do Sul | 18,0 | 108 |
| Mato Grosso | 21,0 | 126 |
| Goiás | 43,0 | 258 |
| Distrito Federal | 18,0 | 108 |

Fonte: Micro dados da amostra – IBGE, Censo 2000

1.5. Coleta de dados

A pesquisa foi aplicada em uma amostra de 4.500 domicílios, totalizando a realização de 4.500 entrevistas em 335 pontos amostrais (setores censitários), de 240 municípios em todo o país. O período de referência do levantamento é agosto de 2010.

1.6. Procedimentos de coleta de dados

A execução do campo dessa pesquisa foi realizada de forma criteriosa, com o cumprimento de procedimentos metodológicos referentes à constituição de equipe de coleta, treinamento de equipe, estrutura e organização logística de campo.

1.6.1. Constituição e treinamento da equipe

Os questionários foram aplicados por uma equipe de 146 entrevistadores de campo, com experiência adequada, escolaridade mínima em nível médio, selecionados em função do seu aproveitamento em um

sistema de avaliação permanente do trabalho dos entrevistadores realizado pela empresa, e devidamente treinados para a coleta de dados dessa pesquisa.

1.7. Métodos de controle de qualidade do campo

Nas pesquisas quantitativas do tipo *survey*, os instrumentos de verificação da coleta são fundamentais para o controle de qualidade do campo. Nessa pesquisa foi adotado um conjunto de mecanismos sucessivos para esse fim, detalhados a seguir.

1.7.1. Supervisão de campo

O coordenador de campo em cada estado acompanhou a realização do campo de seu respectivo estado, verificando o respeito aos critérios de seleção de entrevistados, a efetiva e correta aplicação dos questionários, sanando dúvidas surgidas durante a aplicação.

1.7.2. Checagem

Nessa etapa, foi verificada a efetiva aplicação do questionário e a ocorrência de problemas de aplicação. A equipe de checadores de campo foi composta por profissionais experientes que não participam da coleta de dados. Do total de entrevistas realizadas por cada entrevistador foi sorteada aleatoriamente uma parcela de 20%. O checador retomou o contato com o entrevistado e aplicou o questionário de check, um instrumento ainda não preenchido, composto por questões chave do questionário padrão. Assim, o checador aplicou o instrumento sem conhecer as características do questionário preenchido pelo entrevistador.

1.7.3. Comparação dos questionários

Nessa fase da checagem os instrumentos de check foram comparados aos respectivos questionários aplicados na primeira entrevista. Nos casos onde os dados contidos nos dois instrumentos foram idênticos, a entrevista foi

aprovada e o questionário passou para a equipe de crítica e processamento dos dados. Em caso contrário, o checador retornou a campo para identificar a resposta dada.

1.7.4. Revisão e Crítica dos questionários

Todos os questionários aplicados passaram por uma revisão e crítica, objetivando identificar possíveis erros de preenchimento de questões, erros de “pulo” e respostas que não estejam claramente definidas.

1.8. Digitação dos instrumentos aplicados

A transcrição dos dados para o meio magnético foi feita através de um sistema de entrada de dados por meio de leitura ótica, com programação no software Sphinx. Esse sistema garante maior agilidade e qualidade nessa etapa, eliminando-se totalmente os eventuais erros de digitação, comuns em sistemas usuais de digitação.

Após a leitura e transcrição dos instrumentos para o sistema de entrada de dados, os mesmos foram armazenados em um banco de dados para consistência eletrônica e posterior processamento e análise estatística dos dados.

1.9. Consistência dos dados

Os dados transcritos passaram por um prévio processamento e testes de consistência para a identificação de possíveis atipicidades e falhas de transcrição.

1.10. Processamento de informações e análises estatísticas

1.10.1. Ponderação amostral do banco de dados

Antes do efetivo processamento e análise estatística dos dados, o banco de dados passou por um processo de ponderação individual das observações, decorrente do processo de amostragem proposto. Essa ponderação do banco

de dados foi necessária para obtenção de estimativas nacionais mais precisas, uma vez que o plano amostral proposto, com representatividade por região geográfica, não contemplou de forma adequada os pesos proporcionais ao tamanho populacional de cada região, os quais deverão ser então incorporados ao banco de dados, através da criação de um fator de ponderação para cada unidade amostrada.

Os fatores de ponderação são calculados dividindo-se o percentual populacional pelo percentual amostral em cada nível de representatividade da amostra (no caso as regiões geográficas). No quadro a seguir encontram-se os fatores de ponderação utilizados nessa pesquisa.

QUADRO 1.5 – Fatores de ponderação por região geográfica

| Região | Amostra | Fração amostral (%) | Universo | Fração populacional (%) | Fator |
|--------------|--------------|---------------------|--------------------|-------------------------|---------|
| Norte | 600 | 13 | 9.182.504 | 7 | 0,53846 |
| Nordeste | 1.000 | 22 | 34.254.110 | 27 | 1,22727 |
| Sudeste | 1.500 | 34 | 57.187.433 | 44 | 1,29412 |
| Sul | 800 | 18 | 19.534.524 | 15 | 0,83333 |
| Centro-oeste | 600 | 13 | 9.004.277 | 7 | 0,53846 |
| Total | 4.500 | 100 | 129.162.848 | 100 | |

Fonte: Agregado de Setores censitários Censo 2000 – IBGE

1.10.2. Análise estatística dos dados

A apresentação e análise dos resultados, divididos por tema, foi realizada por Região Geográfica e Brasil. Esta análise contemplou além de estatísticas descritivas para cada região, análises inferenciais, com comparações das estimativas de proporção obtidas para cada região. O objetivo de análises de comparação entre as regiões geográficas do Brasil foi de verificar diferenças significativas quanto aos resultados da pesquisa e procurar identificar necessidades de ações específicas para cada região. Também foram apresentados resultados comparativos entre os grupos quanto

à classificação econômica para as variáveis em que se constatou significância estatística.

Os dados serão apresentados através de estatísticas descritivas, tabelas com estimativas percentuais e gráficos do tipo histogramas e setores. Foram realizadas também análises conjuntas de duas ou mais variáveis quanto as suas relações, dependências ou associações. Nesta etapa foram utilizadas técnicas e testes de comparação de proporção (t-Student com utilização do método de comparação múltipla de Bonferroni), com uma significância de 5%. A utilização da palavra “**significância**” no decorrer do texto deste relatório remete a realização do teste t-Student para comparação de proporções, tendo sido encontrado em cada caso um $p\text{-valor} < 0,05$, o que caracteriza a diferença significativa entre as proporções observadas nos grupos analisados, com uma significância de 5%.

1.11. Características sócio-demográficas da amostra pesquisada

As tabelas a seguir apresentam as características da amostra nacional pesquisada, por sexo, idade e renda.

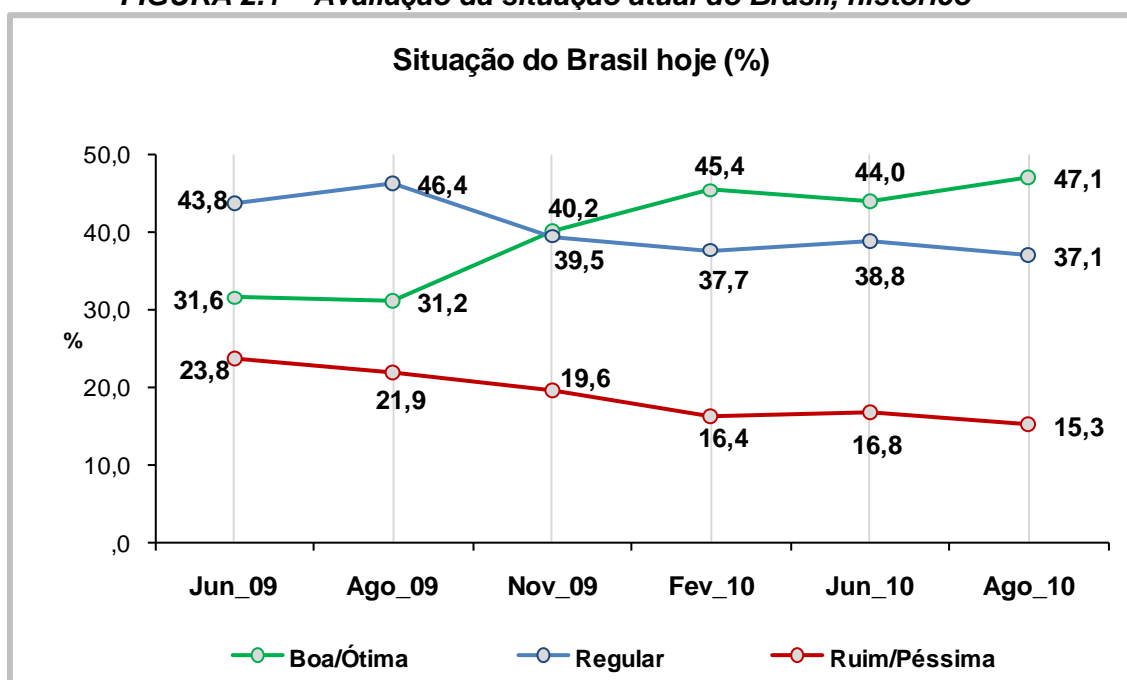
TABELA 1.1 – Amostra pesquisada por sexo, idade, renda, escolaridade e atividade exercida

| Características da amostra pesquisada | n | % |
|--|--------------|--------------|
| SEXO | | |
| Masculino | 2.178 | 48,4 |
| Feminino | 2.322 | 51,6 |
| IDADE | | |
| 16 a 24 anos | 1.147 | 25,5 |
| 25 a 39 anos | 1.526 | 33,9 |
| 40 a 49 anos | 770 | 17,1 |
| 50 anos ou mais | 1.057 | 23,5 |
| RENDIA FAMILIAR MENSAL | | |
| Até 2 S.M. | 1.796 | 39,9 |
| Mais de 2 até 5 S.M. | 1.710 | 38,0 |
| Mais de 5 até 10 S.M. | 621 | 13,8 |
| Mais de 10 S.M. | 373 | 8,3 |
| Total | 4.500 | 100,0 |

2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE

A avaliação positiva da situação atual do país permanece apresentando tendência de crescimento. A proporção dos que consideram esta situação como boa ou ótima superou, a partir de novembro de 2009, o percentual dos que a consideram regular, alcançando 47,1% no levantamento de agosto de 2010. O percentual de avaliação negativa (ruim ou péssima) apresentou uma variação significativa na comparação com o mesmo período de 2009, declinando de 21,9% para 15,3% em agosto de 2010. A avaliação da situação atual do país como regular declinou de 46,4% para 37,1% no mesmo período.

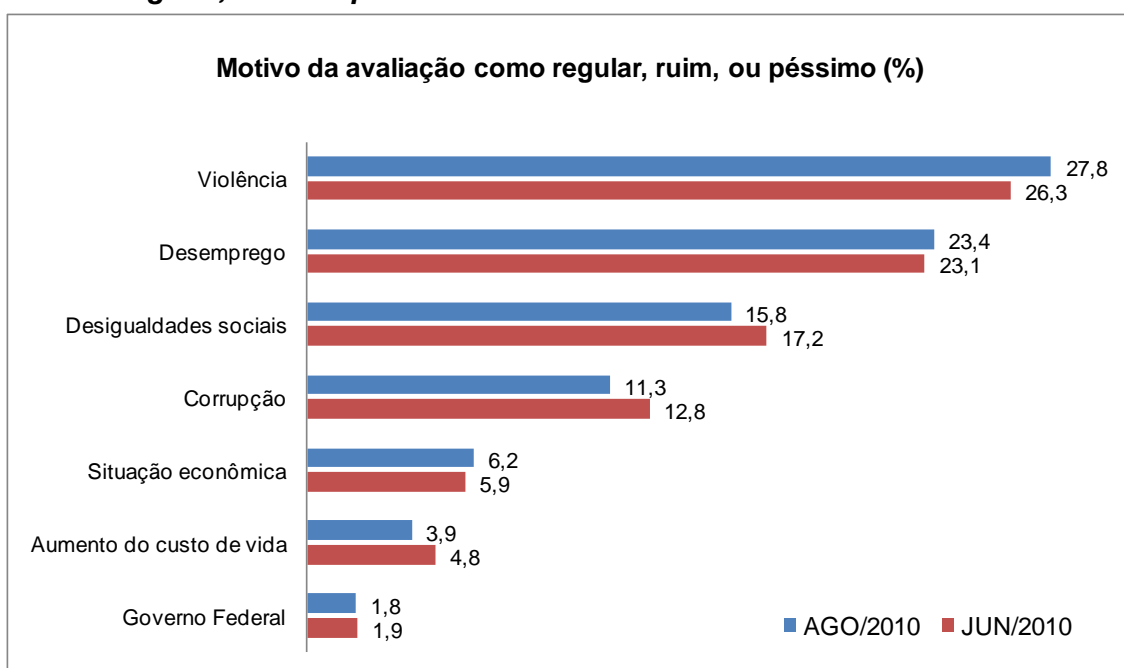
FIGURA 2.1 – Avaliação da situação atual do Brasil, histórico



Os motivos da avaliação da situação atual do país como regular, ou ruim, ou péssima não sofreram alterações significativas em relação ao

levantamento anterior, realizado no mês de junho. Permanece como motivo mais apontado a violência (27,8%), o desemprego (23,4%), e as desigualdades sociais (15,8%).

FIGURA 2.2 – Motivos da avaliação da situação atual do Brasil como regular, ruim ou péssima

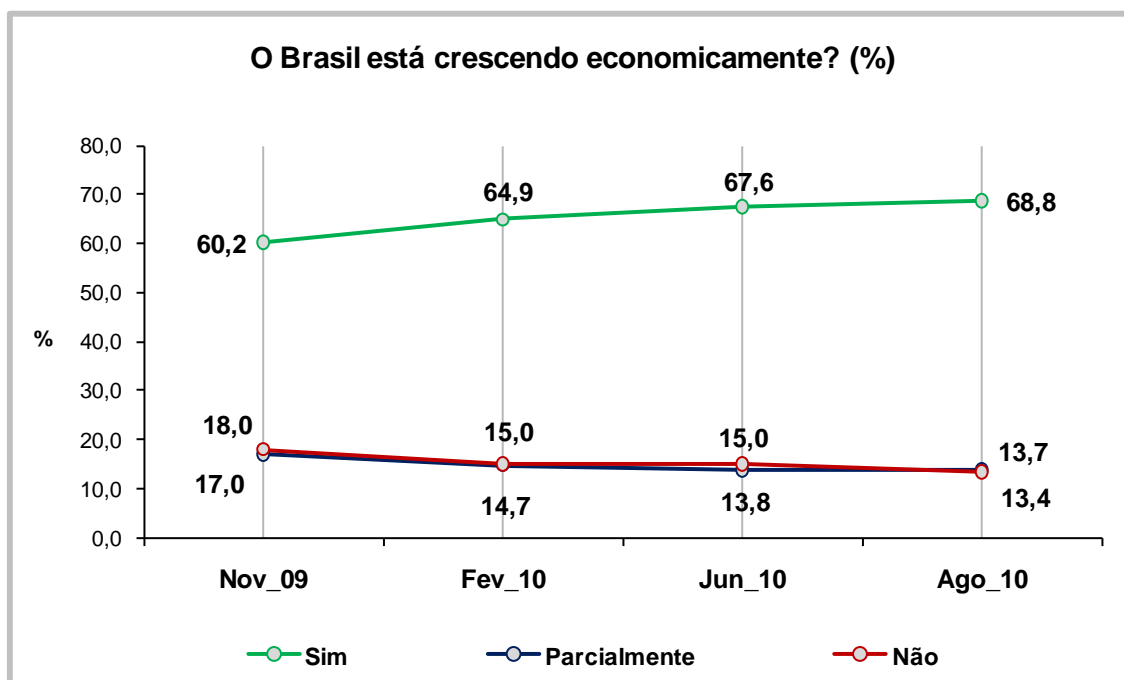


Base de estimativas percentuais:

JUNHO: 2.503 respondentes (Correspondente a 55,6% do total da amostra: entrevistados que avaliaram a situação atual do país como regular ruim ou péssima)

AGOSTO: 2.359 respondentes (Correspondente a 52,4% do total da amostra: entrevistados que avaliaram a situação atual do país como regular ruim ou péssima)

A percepção de que o país está crescendo do ponto de vista econômico é amplamente majoritária. Para 68,8% da população brasileira o país está atualmente crescendo, enquanto 13,7% perceberam um crescimento parcial, totalizando 82,5% que sinalizaram a percepção de crescimento econômico. Apenas 13,4% dos entrevistados responderam que o Brasil não está crescendo economicamente na atualidade. Na comparação com as pesquisas anteriores verifica-se tendência de crescimento dos percentuais de respostas que sinalizam para a percepção da população de crescimento econômico do país, passando de 60,2% em novembro, para 64,9% em fevereiro, 67,6% em junho, e atualmente alcançando o percentual de 68,8%..



A percepção de que o Brasil está crescendo economicamente é maior nas Regiões Norte (74,3%) e Nordeste (74,1%) e menor na Região Sul (62,5%).

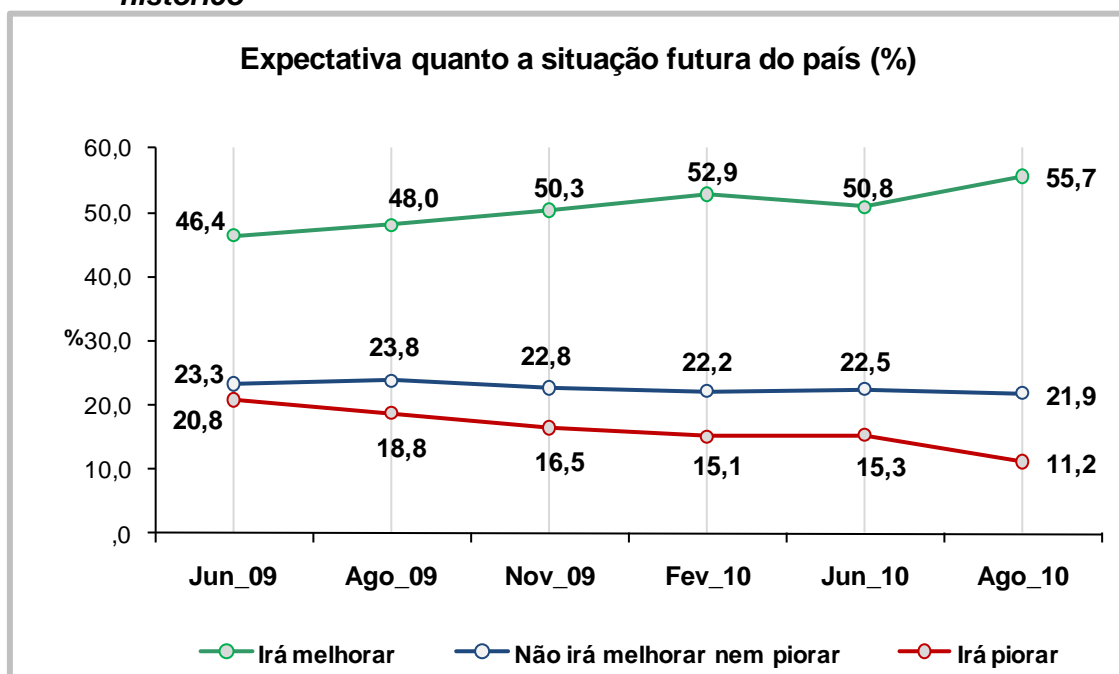
TABELA 2.1 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por Região Geográfica

| O BRASIL ESTÁ CRESCENDO ECONOMICAMENTE? | Região Geográfica (%) | | | | | Total |
|---|-----------------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| Sim | 74,3 | 74,1 | 66,8 | 62,5 | 70,7 | 68,8 |
| Não | 11,6 | 10,7 | 13,6 | 19,8 | 9,5 | 13,4 |
| Parcialmente | 9,0 | 12,2 | 15,0 | 12,8 | 18,2 | 13,7 |
| Não sabe | 5,1 | 3,1 | 4,6 | 4,9 | 1,5 | 4,0 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 600 | 1.000 | 1.500 | 800 | 600 | 4.500 |

A expectativa quanto ao futuro do país aponta para uma tendência predominantemente otimista: 55,7% acreditam que a situação do Brasil irá melhorar nos próximos cinco anos, enquanto que 11,2% acreditam que irá piorar.

Em comparação com os dados das pesquisas anteriores observou-se a manutenção da tendência de evolução positiva: há um ano 48,0% acreditavam que a situação do país iria melhorar no futuro, enquanto 55,7% afirmaram o mesmo no levantamento atual. A avaliação de que a situação do país irá piorar declinou de 18,8% para 11,2% no mesmo período.

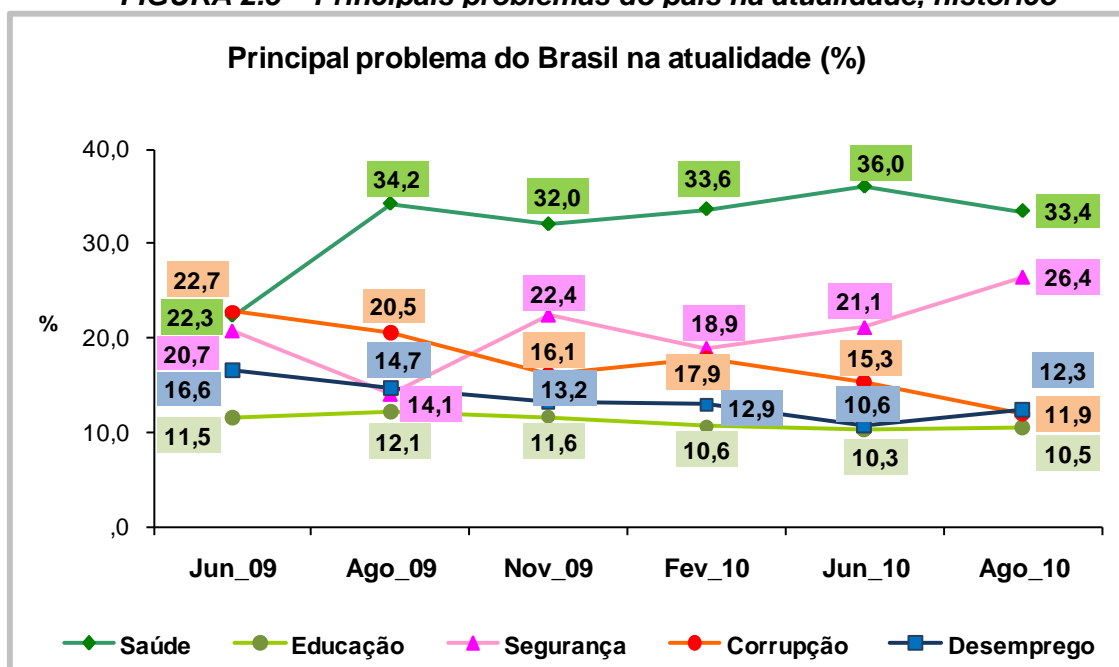
FIGURA 2.4 – Expectativa da situação do país nos próximos cinco anos, histórico



A saúde é apontada por 33,4% da população brasileira como o principal problema do país atualmente, seguido da segurança (26,4%). Outros 12,3% indicaram o desemprego como principal problema, 11,9% a corrupção, e 10,5% a educação.

Comparando com os resultados das pesquisas anteriores verifica-se a manutenção da área da saúde como o principal problema do país. O segundo principal problema percebido é a falta de segurança, o qual apresenta nos últimos seis meses uma tendência de aumento contínuo em seu percentual. No levantamento do mês de fevereiro de 2010 essa área foi apontada como principal problema do país por 18,9% da população brasileira, passando para 21,1% no levantamento do mês de junho, e alcançando 26,4% no levantamento atual, sendo este o maior percentual verificado, desde o mês de junho de 2009, período de realização do primeiro levantamento. O problema do desemprego voltou a ocupar a terceira colocação no ranking dos principais problemas atuais do país, a exemplo do que ocorreu no mesmo período de 2009. Naquele período 14,7% da população brasileira indicou o desemprego como principal problema do país. Atualmente, esse percentual é ligeiramente inferior: 12,3%. O problema da corrupção segue a tendência de declínio contínuo. Atualmente ocupa o quarto lugar no ranking dos principais problemas do país na atualidade, apontado por 11,9% da população, e atingindo o menor patamar desde o mês de junho de 2009, quando esse percentual era de 22,7% e ocupava o primeiro lugar no ranking dos principais problemas do país. A educação manteve regularidade, apresentando proporções semelhantes nos cinco levantamentos realizados.

FIGURA 2.5 – Principais problemas do país na atualidade, histórico



A percepção do principal problema do país apresenta diferenças significativas entre os grupos de faixas de renda familiar. A saúde é apontada como o principal problema por 35,5% da população de famílias com renda mais baixa (2 Salários mínimos ou menos), enquanto que na faixa de renda mais alta (superior a 10 SM), essa proporção corresponde a 22,7%. Essas diferenças podem ser observadas também em relação à educação: entre os entrevistados de famílias com rendimentos familiares mais baixos (até 5 SM) o percentual da população que percebe esse problema como o principal do país na atualidade é significativamente menor se comparado com o grupo populacional de famílias de rendimento mais alto (mais de 5 SM). Os percentuais relativos ao desemprego como principal problema decrescem na medida em que se elevam os níveis de renda. As mesmas tendências já haviam sido observadas nos levantamentos anteriores.

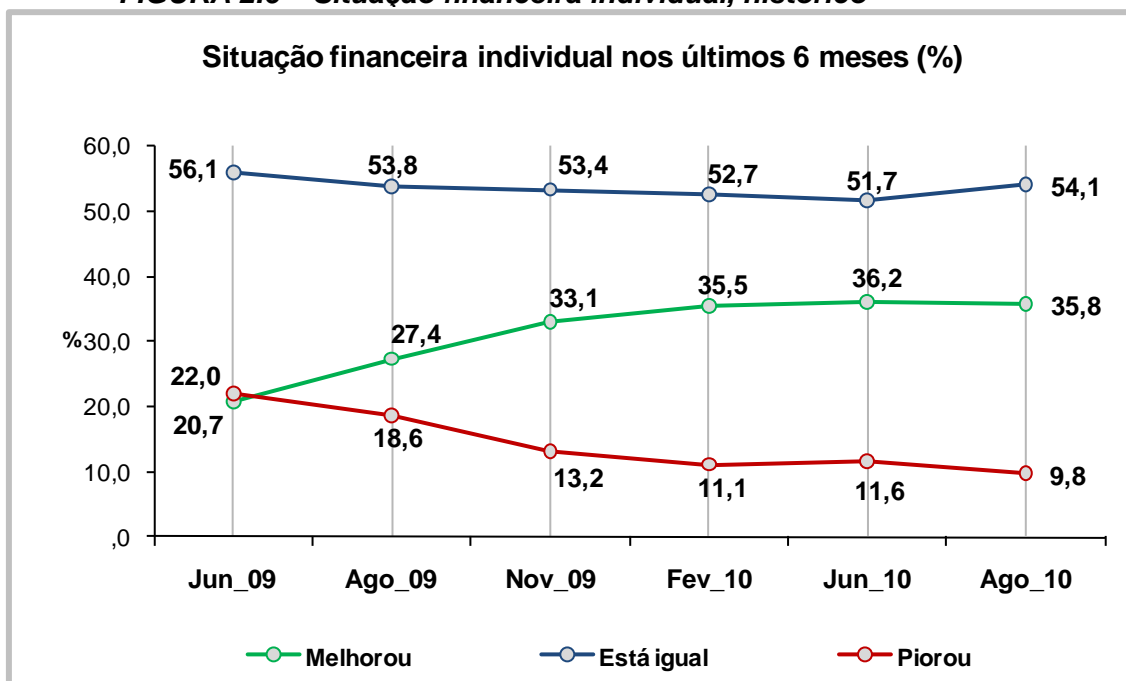
TABELA 2.2 – Principais problemas do país na atualidade, por classes de renda familiar

| QUAL É O PRINCIPAL PROBLEMA DO BRASIL HOJE? | Classe de Renda (S.M.) (%) | | | | Total |
|---|----------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| | Até 2 | + de 2 até 5 | + de 5 até 10 | + de 10 | |
| Saúde | 35,5 | 34,3 | 31,4 | 22,7 | 33,4 |
| Educação | 8,2 | 9,3 | 14,3 | 20,1 | 10,5 |
| Habitação | 2,8 | 3,1 | 3,2 | 4,1 | 3,0 |
| Segurança | 24,6 | 26,3 | 29,2 | 30,3 | 26,4 |
| Emprego | 17,2 | 10,9 | 6,5 | 5,4 | 12,3 |
| Meio Ambiente | 1,5 | 1,4 | 1,2 | 1,5 | 1,4 |
| Corrupção | 8,8 | 13,9 | 13,4 | 14,1 | 11,9 |
| Transporte | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 1,7 | 0,5 |
| Não sabe | 1,0 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 0,6 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 1.796 | 1.710 | 621 | 373 | 4.500 |

A situação financeira individual é percebida como estável nos últimos 6 meses pela maioria da população (54,1%). Para 35,8% a situação financeira melhorou, e para 9,8% piorou.

Comparando com os dados das pesquisas realizadas nos períodos anteriores, os dados atuais confirmam a tendência de declínio da proporção da população que considera ter piorado sua situação financeira nos últimos seis meses: em junho de 2009 esse percentual era de 22,0%, chegando a 9,8% atualmente. A tendência de aumento contínuo do percentual da população que considera ter melhorado sua situação financeira nos últimos seis meses foi interrompido, declinando de 36,2%, no levantamento realizado no mês de junho, para 35,8%, no levantamento atual.

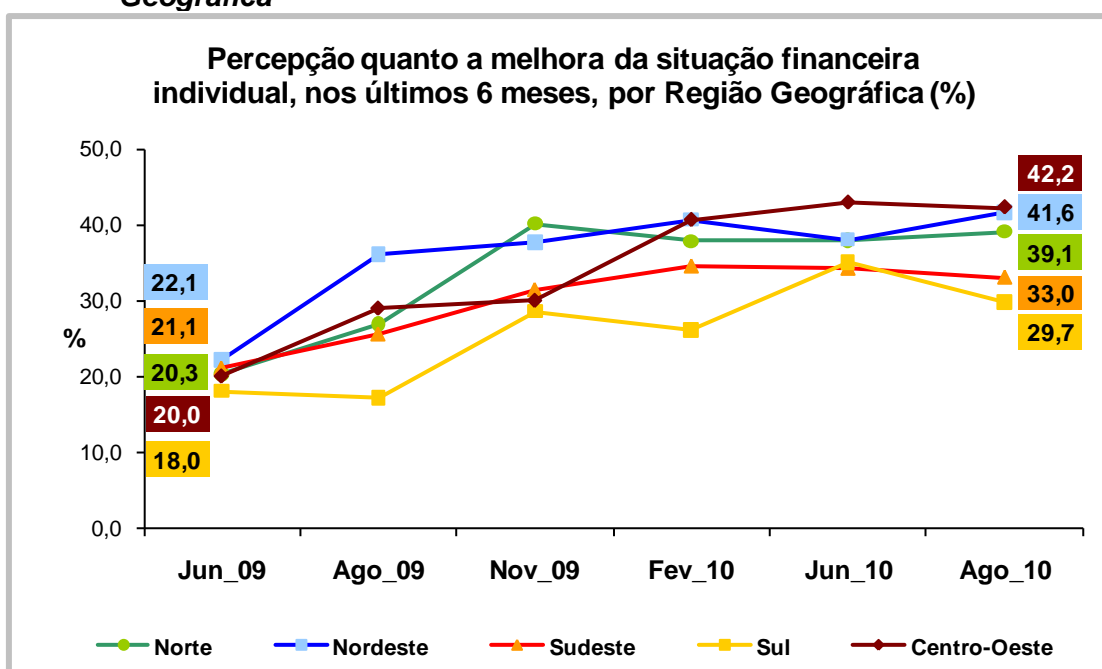
FIGURA 2.6 – Situação financeira individual, histórico



A mesma tendência de aumento da proporção da população que considera ter melhorado sua situação financeira nos últimos seis meses

observa-se também na análise histórica por Região Geográfica. Em todas as regiões verifica-se diferença significativa ($p\text{-valor} < 0,05$) da proporção da população que considera ter melhorado sua situação financeira nos últimos seis meses, na comparação entre agosto de 2010 e junho de 2009.

FIGURA 2.7 – Situação financeira individual melhor, histórico por Região Geográfica



A melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos é percebida pela maioria da população (68,9%), enquanto que para apenas 8,9% a qualidade de vida piorou.

Em comparação com as pesquisas anteriores observa-se a manutenção da tendência de aumento contínuo na proporção daqueles que percebem melhoria na qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos: de 53,8% no mês de junho de 2009 passou para 68,9% em agosto de 2010.

Na comparação do histórico entre as regiões geográficas observa-se em todas as regiões um aumento significativo entre junho de 2009 e agosto de

2010 na proporção da população que percebe melhorias na qualidade de vida da população em geral.

FIGURA 2.8 – Percepção sobre a qualidade de vida da população

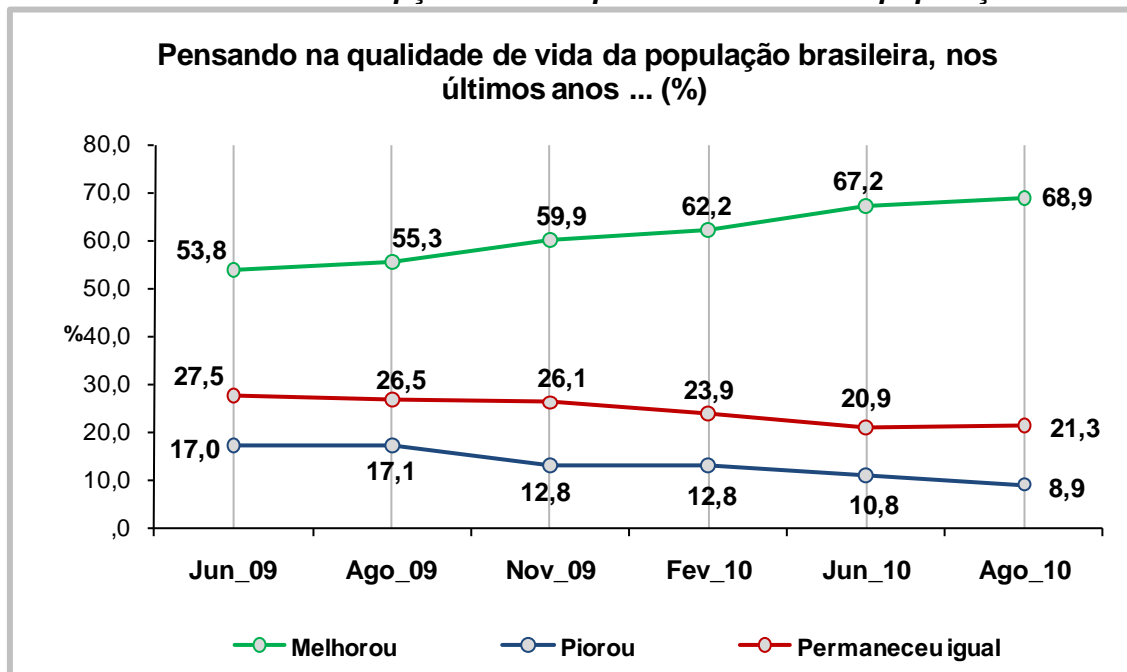
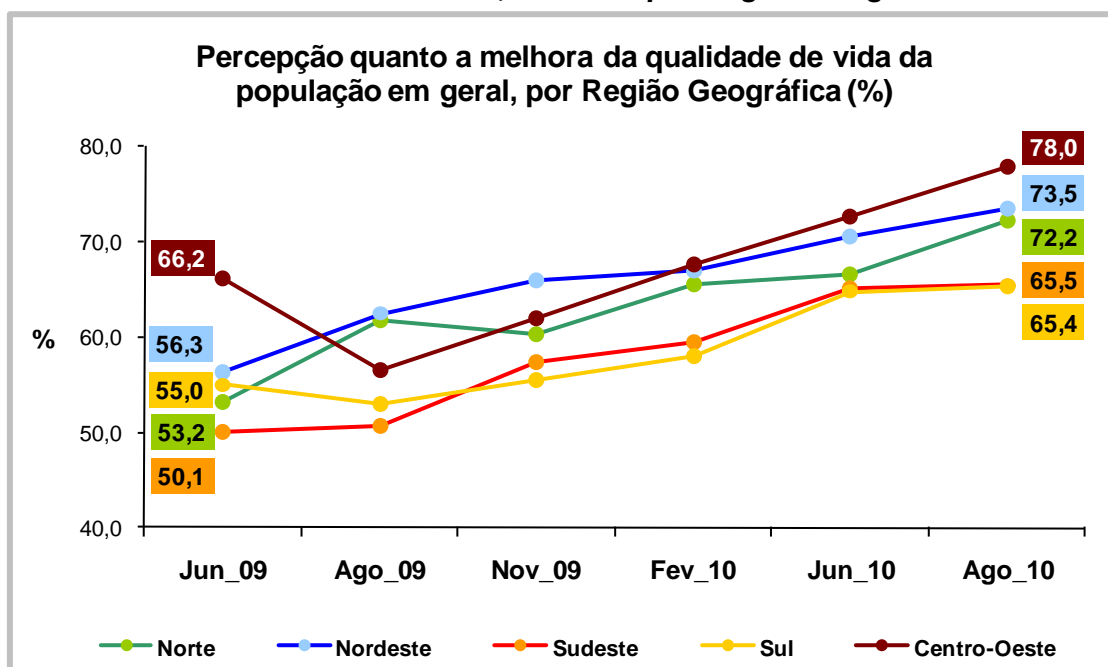


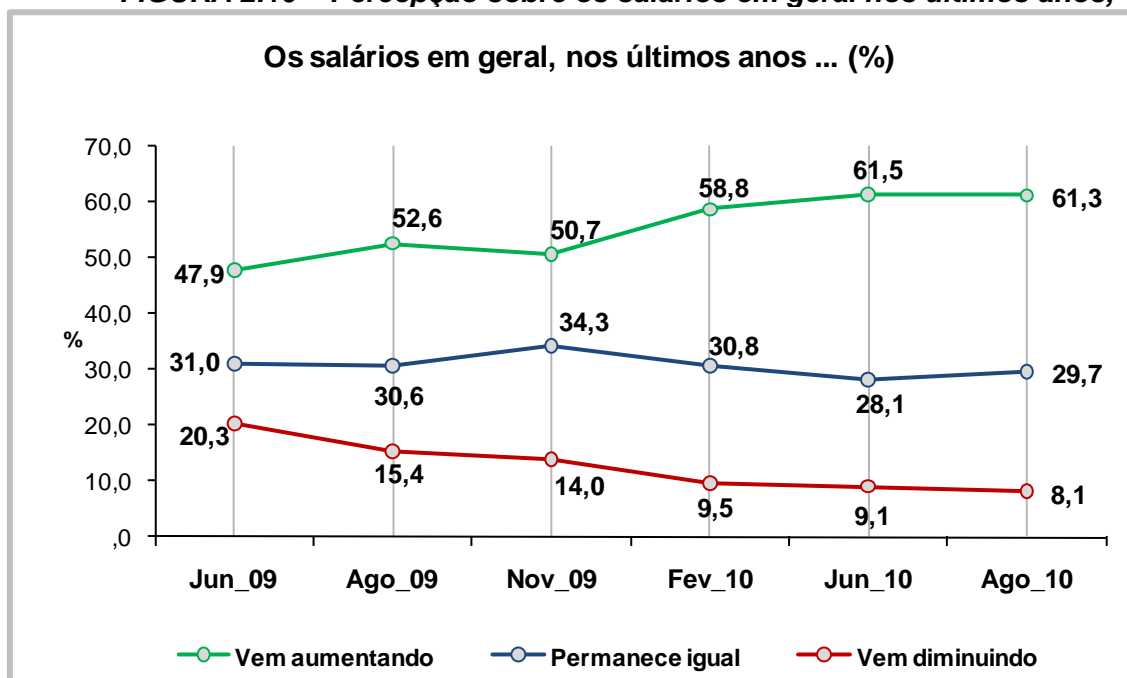
FIGURA 2.9 – Percepção de melhora da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, histórico por Região Geográfica



A avaliação positiva sobre a qualidade de vida nos últimos anos se reflete em outros aspectos relacionados: 61,3% percebem que os salários em geral vêm aumentando nos últimos anos. Corroborando esse dado, 63,9% afirmaram estar comprando mais do que compravam antes e 61,3% dos entrevistados responderam que atualmente existem menos pobres do que em anos anteriores.

A comparação com a percepção sobre a evolução dos salários entre as pesquisas realizadas em períodos anteriores indicou uma tendência de crescimento da proporção da população que percebe os salários em geral como maiores nos últimos anos: em junho de 2009 esse percentual era 47,9%, alcançando 61,5% em junho de 2010, e permanecendo em percentual similar no levantamento atual: 61,3%. A mesma tendência foi verificada na avaliação do poder de compra: em agosto de 2009 52,1% afirmavam estar comprando mais, enquanto em agosto de 2010 esse percentual passou a 63,9% da população brasileira.

FIGURA 2.10 – Percepção sobre os salários em geral nos últimos anos,



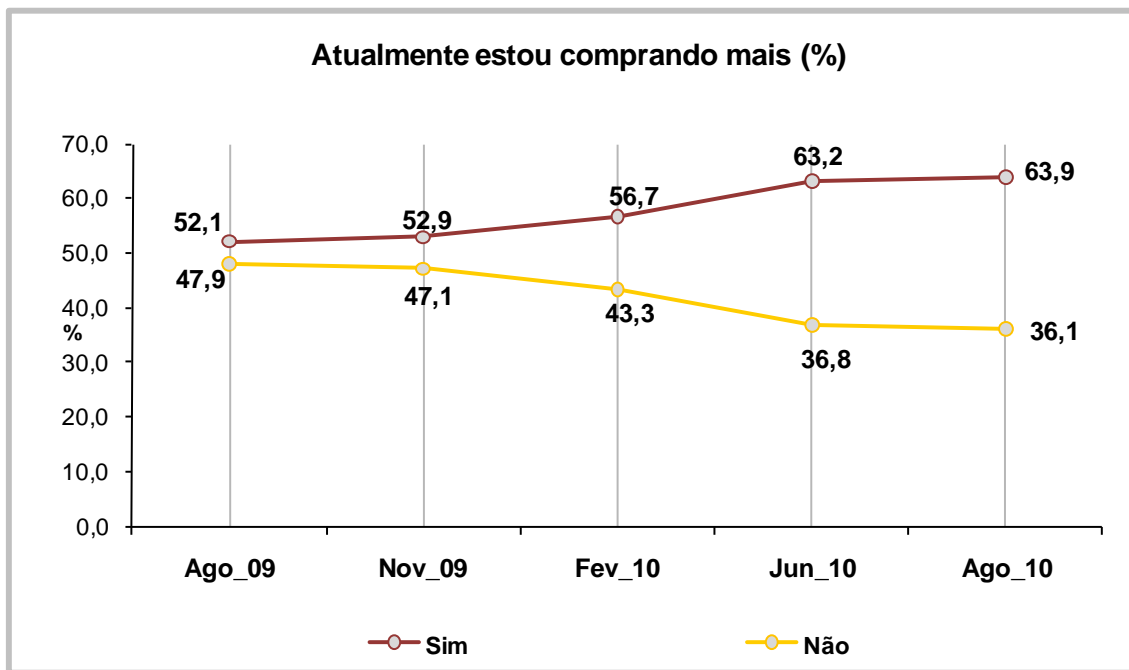
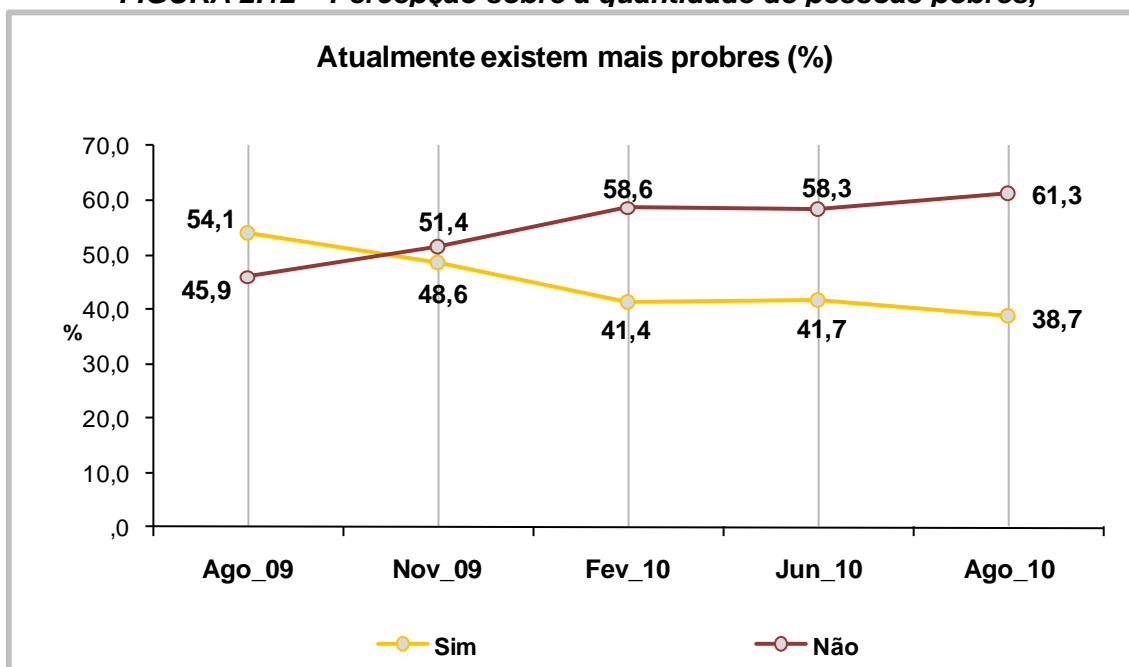
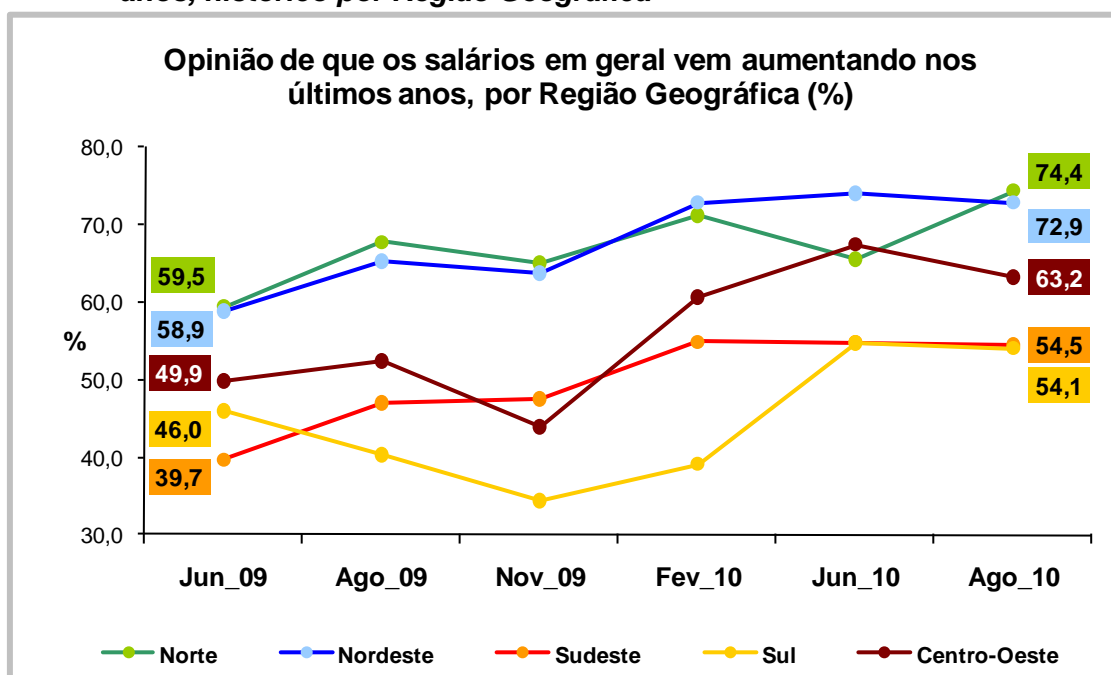


FIGURA 2.12 – Percepção sobre a quantidade de pessoas pobres,



Na comparação do histórico de percentuais da população que percebe aumento nos salários em geral entre as regiões geográficas, evidencia-se em todas as regiões uma variação significativa na comparação entre a proporção observada atualmente com o observado no levantamento de junho de 2009. As Regiões Norte e Nordeste são as regiões com maior percentual da população que percebem que os salários em geral vêm aumentando nos últimos anos: 74,4% e 72,9%, respectivamente. As Regiões Sudeste (54,5%) e Sul (54,1%) apresentam percentuais significativamente inferiores, na comparação com Norte/Nordeste.

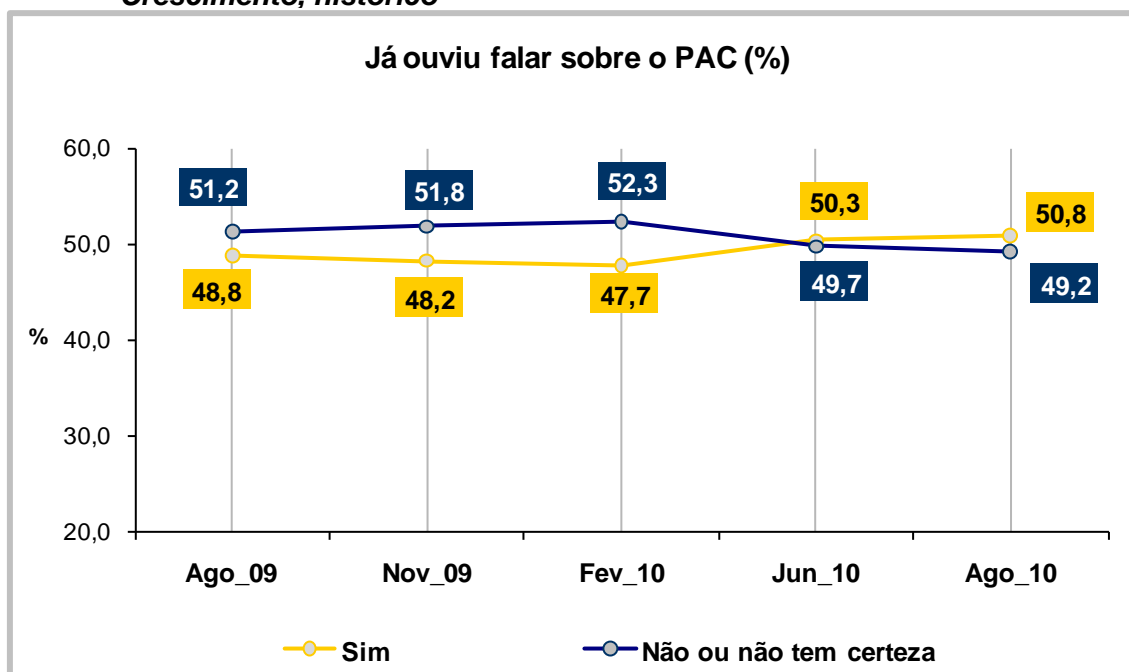
FIGURA 2.13 – Percepção de aumento dos salários em geral nos últimos anos, histórico por Região Geográfica



3. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O nível de conhecimento da população brasileira sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) manteve-se elevado. No levantamento atual se consolidou a tendência observada no levantamento anterior, realizado no mês de junho de 2010, quando o percentual da população que afirmava conhecer, ou já ter ouvido falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) superou, pela primeira vez desde que o levantamento dessa informação passou a ser realizado, o percentual da população que dizia não conhecer ou não ter certeza se conhecia o PAC. Atualmente, 50,8% da população brasileira já ouviram falar sobre o programa. No levantamento de fevereiro de 2010 essa proporção era de 47,7%, muito similar ao observado em novembro de 2009 (48,2%) e agosto de 2009 (48,8%).

FIGURA 3.1 – Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento, histórico



O nível de conhecimento sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresenta relação direta com a renda familiar: a proporção daqueles que já ouviram falar sobre o PAC é menor no segmento populacional com renda familiar de até dois salários mínimos (40,6%), e aumenta à medida que cresce a faixa de renda, alcançando 70,1% no segmento populacional de renda familiar maior de dez salários mínimos.

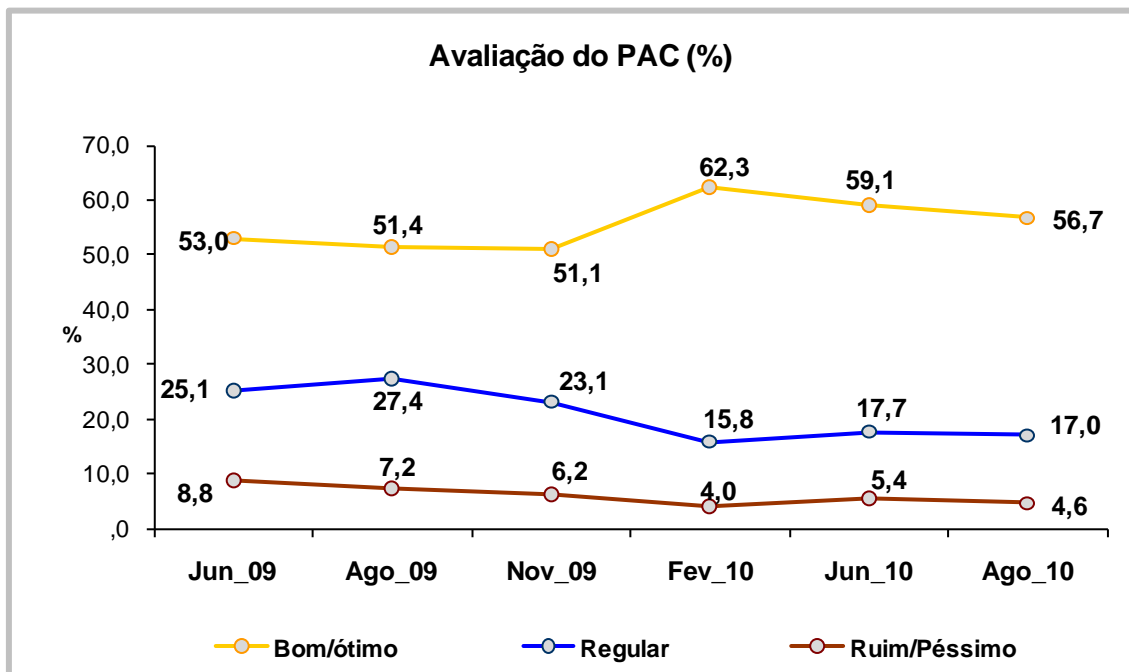
TABELA 3.1 – Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento, por classes de renda familiar

| VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)? | Classe de Renda (S.M.) (%) | | | | Total |
|---|----------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| | Até 2 | + de 2 até 5 | + de 5 até 10 | + de 10 | |
| Sim | 40,6 | 52,7 | 62,1 | 70,1 | 50,8 |
| Não ou não tem certeza | 38,4 | 55,2 | 48,6 | 42,5 | 35,1 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 1.796 | 1.710 | 621 | 373 | 4.500 |

Entre aqueles que responderam já ter ouvido falar no PAC, a avaliação deste programa foi positiva: 56,7% da população que já ouviram falar do programa o avaliaram como ótimo ou bom, ao passo de que 4,6% o avaliaram como ruim ou péssimo.

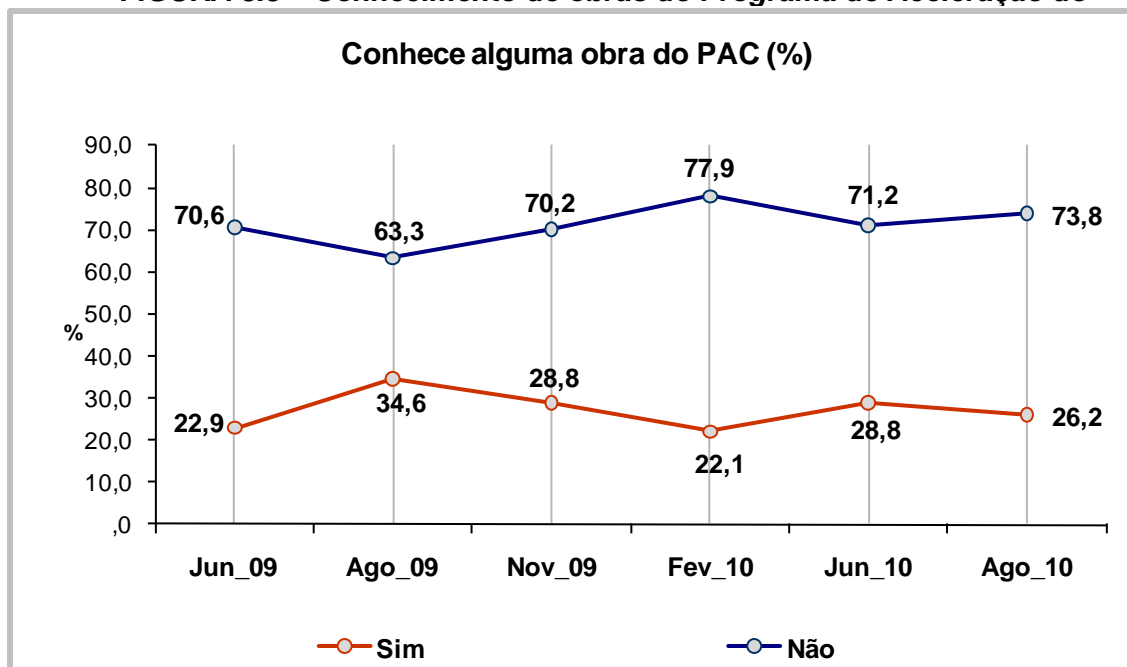
A mesma tendência de avaliação positiva do PAC por parte dos que conhecem o programa havia sido indicada nas pesquisas anteriores. No entanto observa-se uma tendência de declínio na avaliação positiva nos últimos seis meses, passando de 62,3%, observado no levantamento de fevereiro, para 56,7% atualmente.

FIGURA 3.2 – Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), histórico



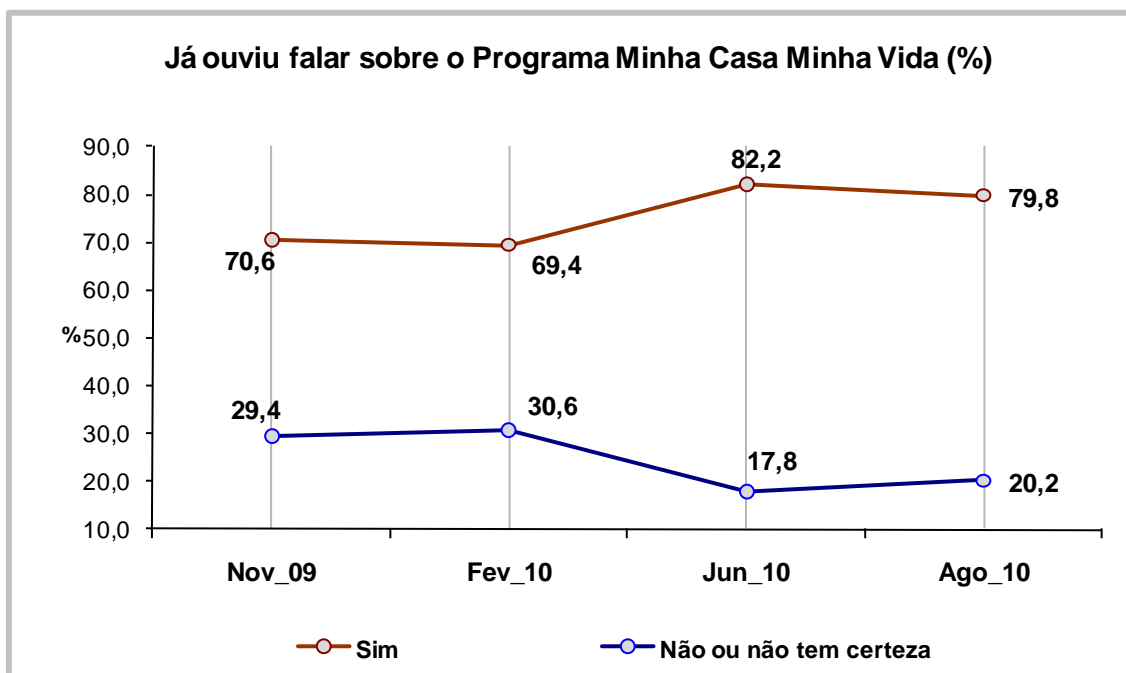
Base de estimativas percentuais: entrevistados que conhecem ou ouviram falar no programa

Entre aqueles que responderam já ter ouvido falar no Programa de Aceleração do Crescimento, 26,2% conhecem alguma obra do PAC. A maioria (73,8%), apesar de já ter ouvido falar no Programa, não conhece obras do mesmo. A proporção atual de conhecimento de obras do PAC (26,2%) é levemente superior ao percentual do primeiro levantamento (22,9%).

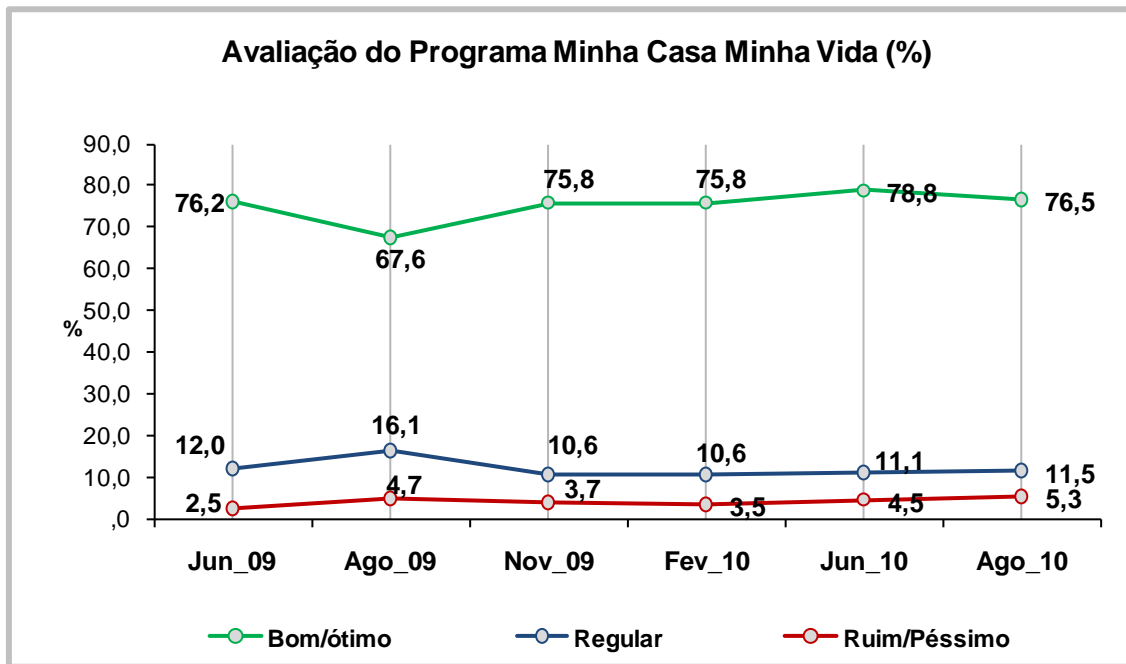
FIGURA 3.3 – Conhecimento de obras do Programa de Aceleração do

Base de estimativas percentuais: entrevistados que conhecem ou ouviram falar no programa

Uma parcela expressiva da população brasileira afirmou já ter ouvido falar no Programa Minha Casa Minha Vida (79,8%). Outros 20,2% nunca ouviram falar no Programa, ou não têm certeza de que ouviram falar. Apesar do declínio verificado em relação ao levantamento realizado no mês de junho, esses índices apontam para um aumento significativo do percentual da população que conhece o Programa Minha casa Minha Vida, na comparação com as pesquisas realizadas nos meses de novembro de 2009 e fevereiro de 2010.

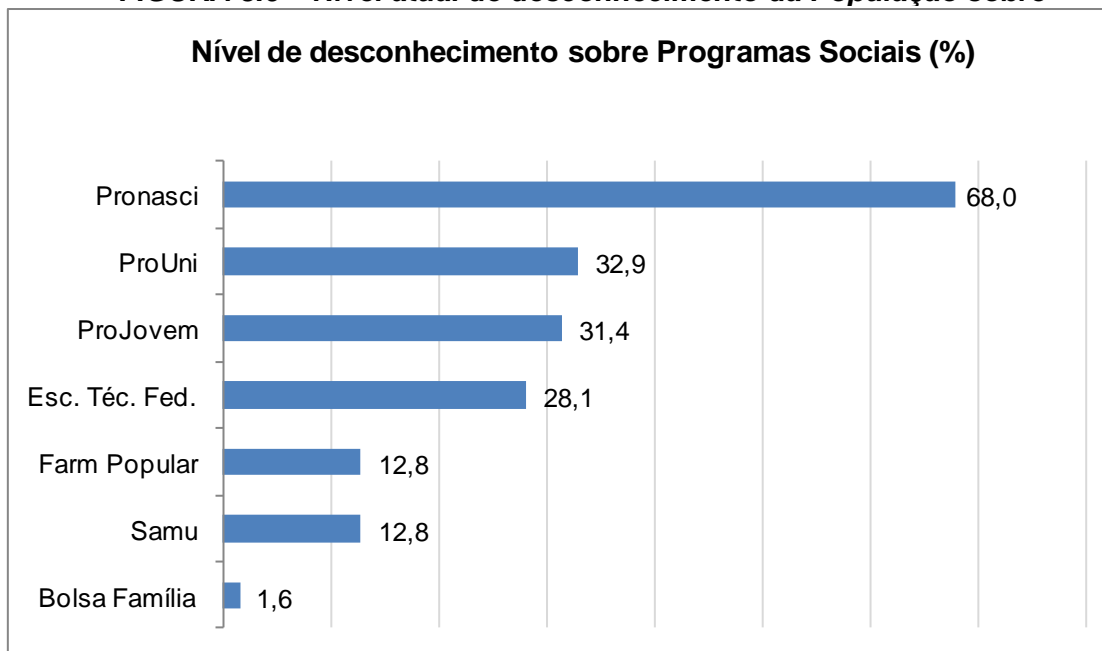


Entre os entrevistados que já ouviram falar do Programa Minha Casa Minha Vida, a grande maioria avaliou o mesmo como bom ou ótimo (76,5%). Apenas 5,3% avaliaram esse programa como ruim ou péssimo. A mesma tendência de avaliação positiva do programa foi verificada nos levantamentos anteriores.



Base de estimativas percentuais: entrevistados que conhecem ou ouviram falar no programa

O PRONASCI é o programa do governo com maior nível de desconhecimento da população: 68,0% da população brasileira não conhece esse programa. O Bolsa Família é desconhecido de apenas 1,6% da população.

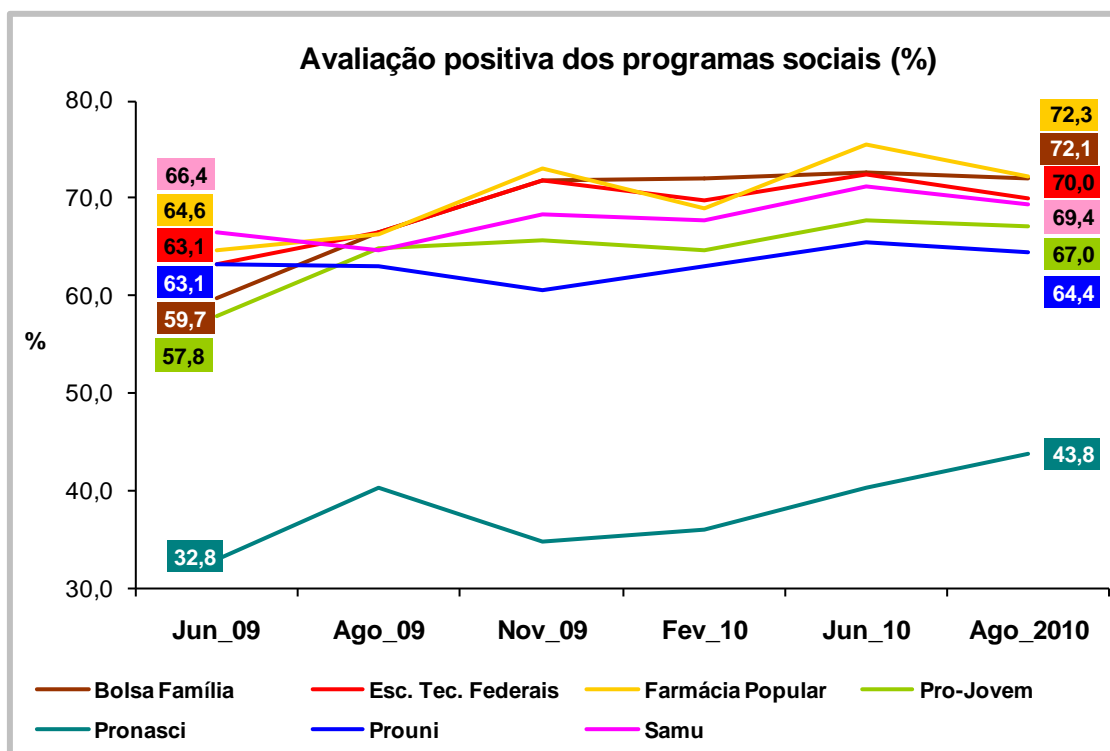
FIGURA 3.6 – Nível atual de desconhecimento da População sobre

Entre aqueles que conheciam os programas sociais avaliados, as proporções de avaliação positiva foram elevadas, atingindo percentuais superiores a 60% de avaliação boa ou ótima para todos os programas avaliados. A exceção foi o Pronasci, avaliado como bom ou ótimo por 43,8% da população que conhecem o programa. A comparação com levantamentos anteriores não indica alterações expressivas na avaliação dos programas.

Na comparação com os resultados da pesquisa realizada no mês de junho de 2009, todos os programas avaliados apresentam aumento na proporção de avaliação positiva: o Programa Farmácia Popular era avaliado como bom ou ótimo por 64,6% da população brasileira, em junho de 2009. Esse percentual passou para 75,4% em junho de 2010, declinando para 72,3% em agosto de 2010; o Programa Bolsa Família passou de 59,7% de avaliação positiva observado em junho de 2009 para 72,6% em junho de 2010, recuando para os atuais 72,1%; o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU),

apesar de ter caído de 1º para 4º lugar no ranking de programas com melhor percentual de avaliação positiva, passou de 66,4% observado em junho de 2009 para 71,1% um ano depois, apresentando um leve declínio para 69,4% no último levantamento; o percentual de avaliação positiva do Pro - Jovem passou de 57,8% verificado em junho de 2009 para 67,8% em junho de 2010, e permanecendo com percentual similar em agosto de 2010: 67,0%; o Pronasci, que em junho de 2009 era avaliado como bom ou ótimo por 32,8% da população que conheciam o programa, agora é assim avaliado por 43,8% da população; o Pro – Uni foi o único programa que não apresentou diferença significativa na proporção de avaliação positiva entre os dois períodos, mesmo assim passou de 63,1% em junho de 2009 para os atuais 64,4%.

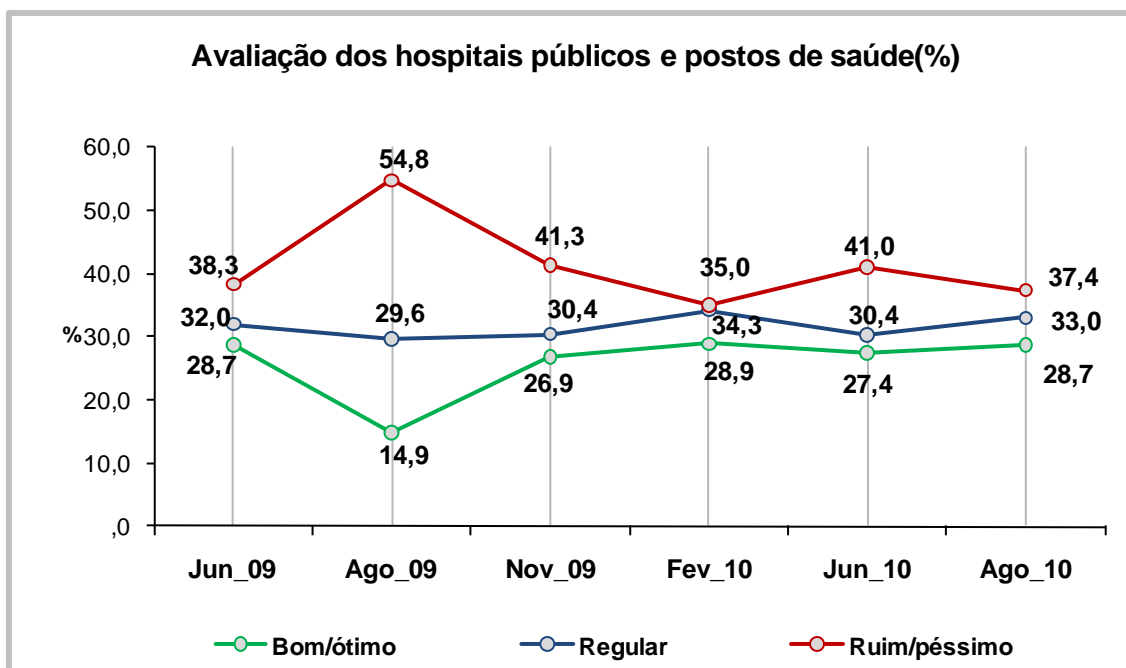
FIGURA 3.7 – Avaliação positiva dos programas sociais do Governo federal, histórico



4. SAÚDE E EDUCAÇÃO

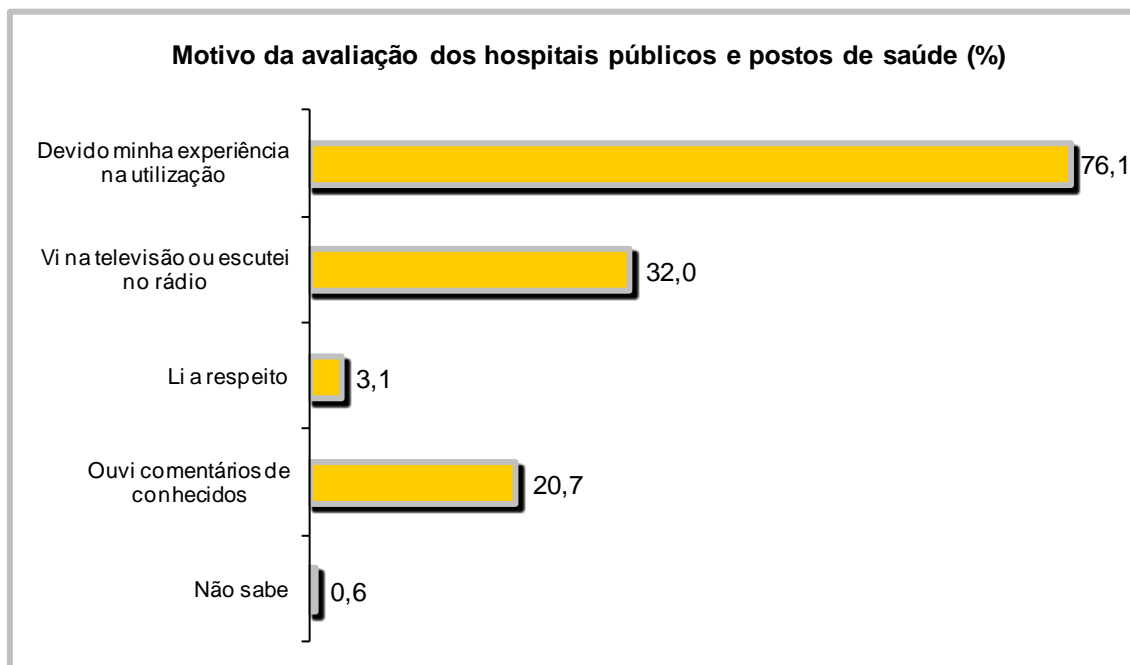
A avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde manteve-se predominantemente negativa e em patamares semelhantes entre o primeiro e o atual levantamento: 37,4% dos entrevistados consideraram-nos ruins ou péssimos agora enquanto 38,3% os avaliaram desta forma no primeiro levantamento. A avaliação positiva também não apresentou diferenças significativas entre os dois períodos, sendo o percentual atual exatamente o mesmo verificado no primeiro levantamento: 28,7%.

FIGURA 4.1 – Avaliação da Rede Pública de Saúde, histórico

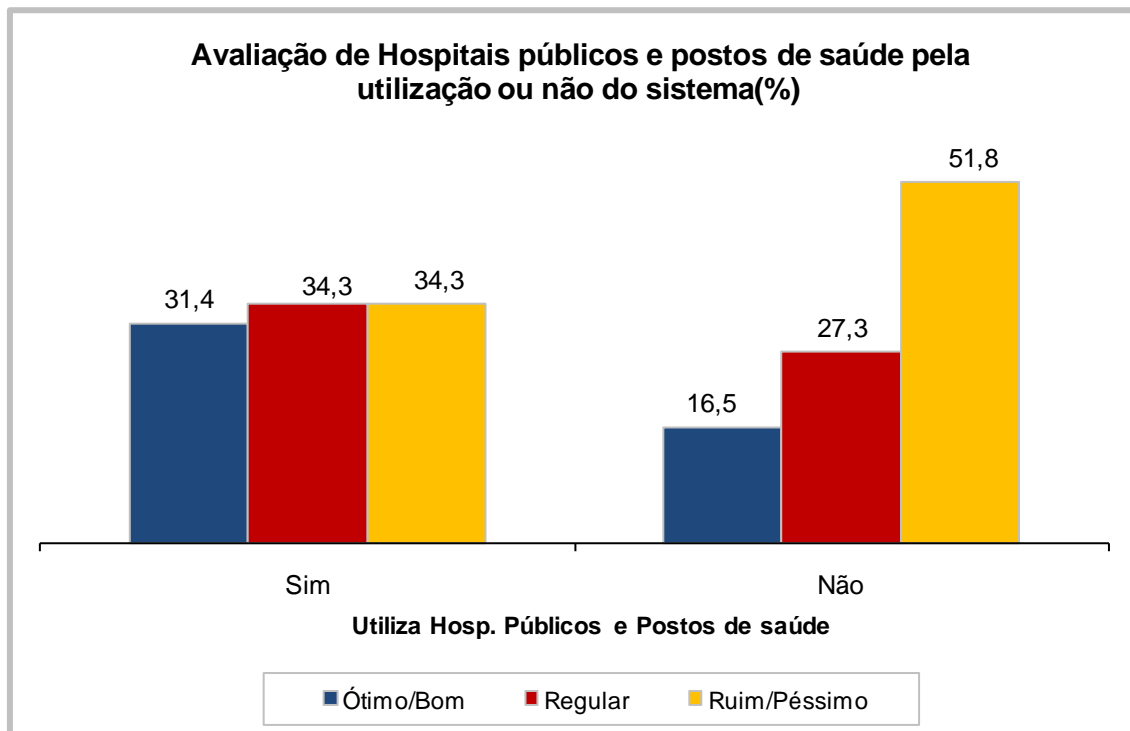


A principal base de informação para essa avaliação da rede pública de saúde foi a experiência na utilização dos postos e hospitais (76,1%).

FIGURA 4.2 – Motivos da avaliação da Rede Pública de Saúde

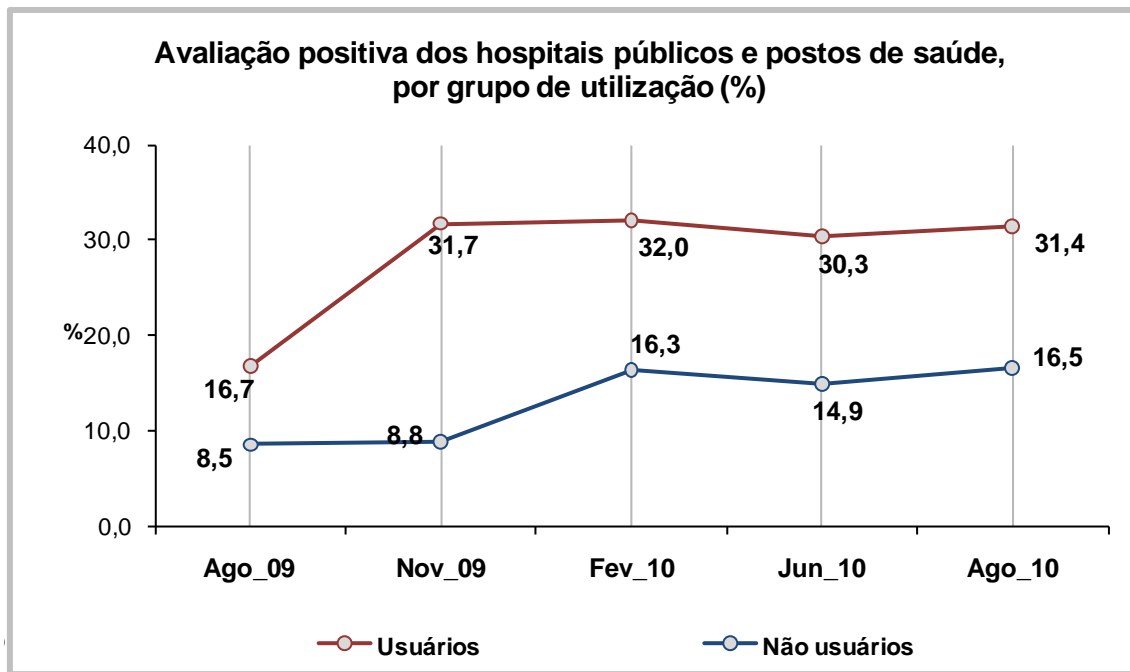


A relação significativa ($p\text{-valor} < 0,05$) entre a avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde e a utilização dos mesmos, já verificada nos levantamentos anteriores, permanece evidenciada. O grupo de usuários tende a avaliar de forma mais positiva, em comparação com o grupo de não usuários. Enquanto que 31,4% daqueles que utilizam os serviços de hospitais públicos e postos de saúde os avaliam positivamente, no grupo de não usuários essa proporção é de 16,5%.

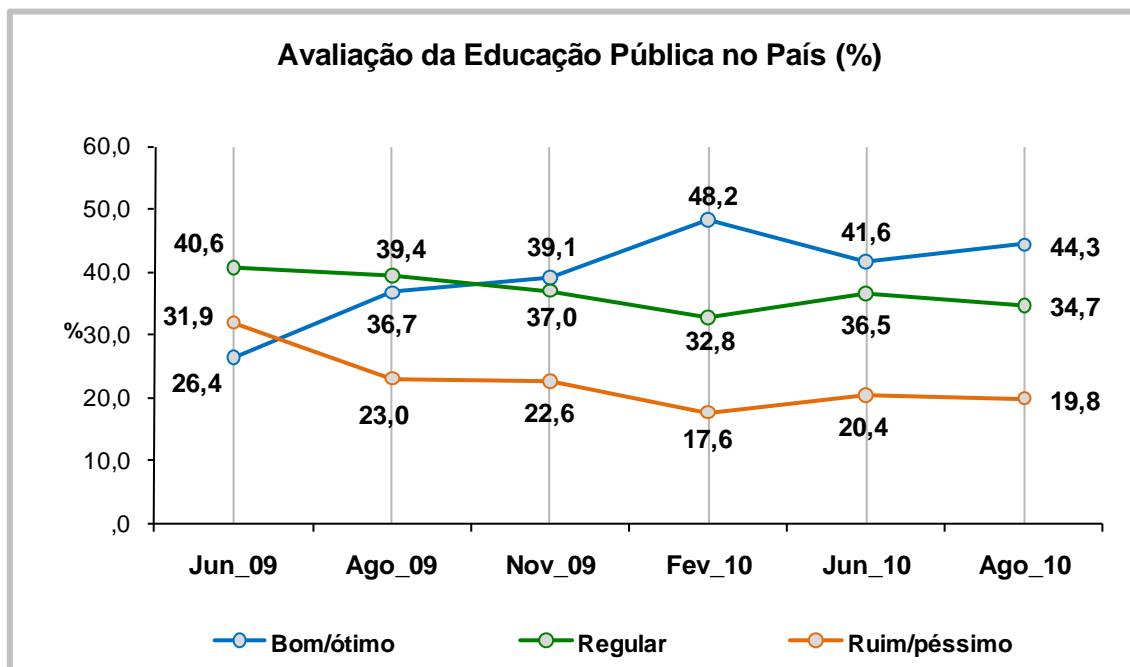


A análise da série histórica da avaliação positiva dos hospitais públicos e postos de saúde, por grupo de usuários e não usuários, indicou um aumento significativo ($p\text{-valor} < 0,05$) na proporção de avaliações positivas no grupo de não usuários: enquanto nos levantamentos realizados no ano de 2009 o percentual de avaliação ótimo ou bom permaneceu na casa dos 8%, nos levantamentos realizados em 2010 chegou a 16,3% em fevereiro, 14,9% em junho, e 16,5% atualmente. A avaliação positiva por parte dos usuários do sistema permanece em níveis similares, desde o levantamento realizado em novembro de 2009.

FIGURA 4.4 – Avaliação positiva da Rede Pública de Saúde, histórico por grupo de utilização (usuários/não usuários)

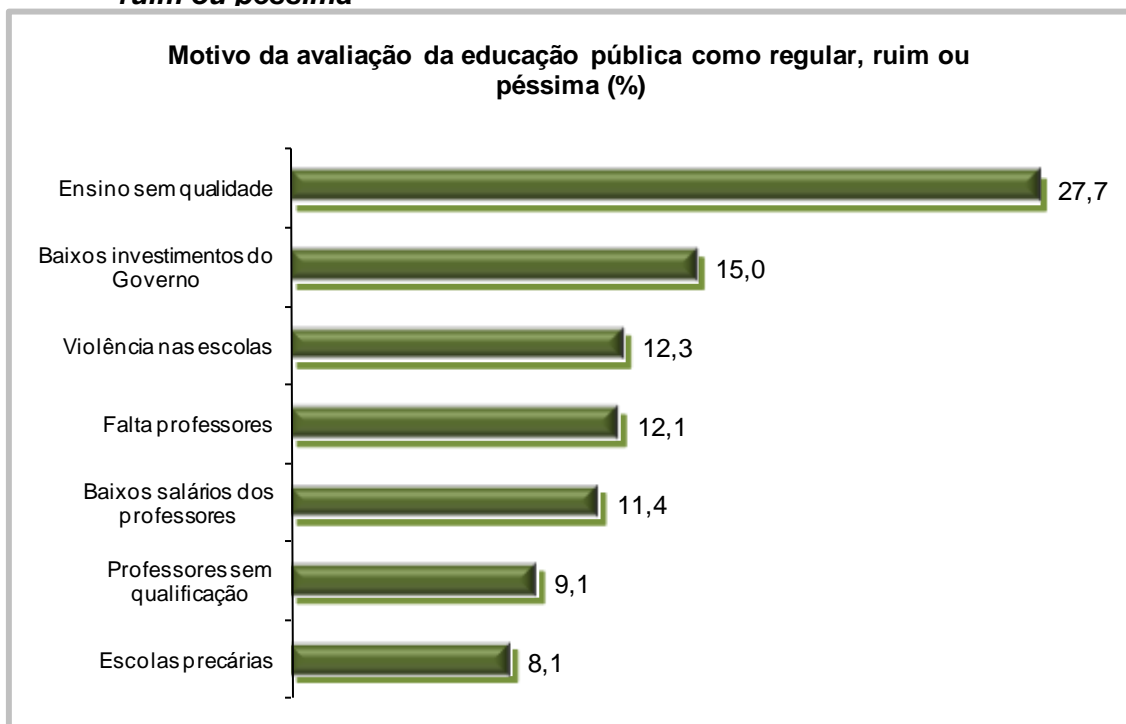


A avaliação positiva da educação pública no país cresceu de 26,4% para 44,3% na comparação entre o primeiro e o último levantamento, diferindo significativamente entre os dois períodos ($p\text{-valor} < 0,05$). A avaliação negativa decresceu de 31,9% para 19,8% no mesmo período.

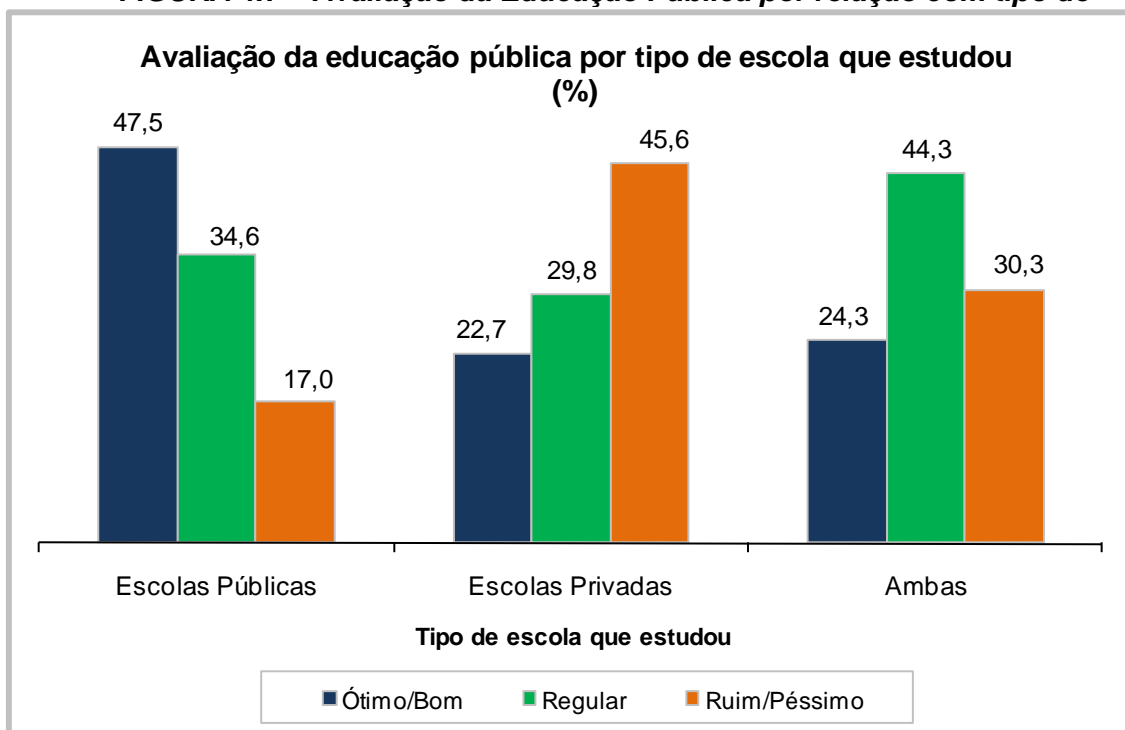


Entre aqueles que avaliaram a educação pública no país como regular, ruim ou péssima, 27,7% afirmaram que avaliaram dessa forma porque o ensino não tem boa qualidade. Outros 15,0% entenderam que a situação da educação pública está dessa forma devido aos baixos investimentos do governo na área. A violência nas escolas públicas foi apontada por 12,3%.

FIGURA 4.6 – Motivos da avaliação da educação pública como regular, ruim ou péssima

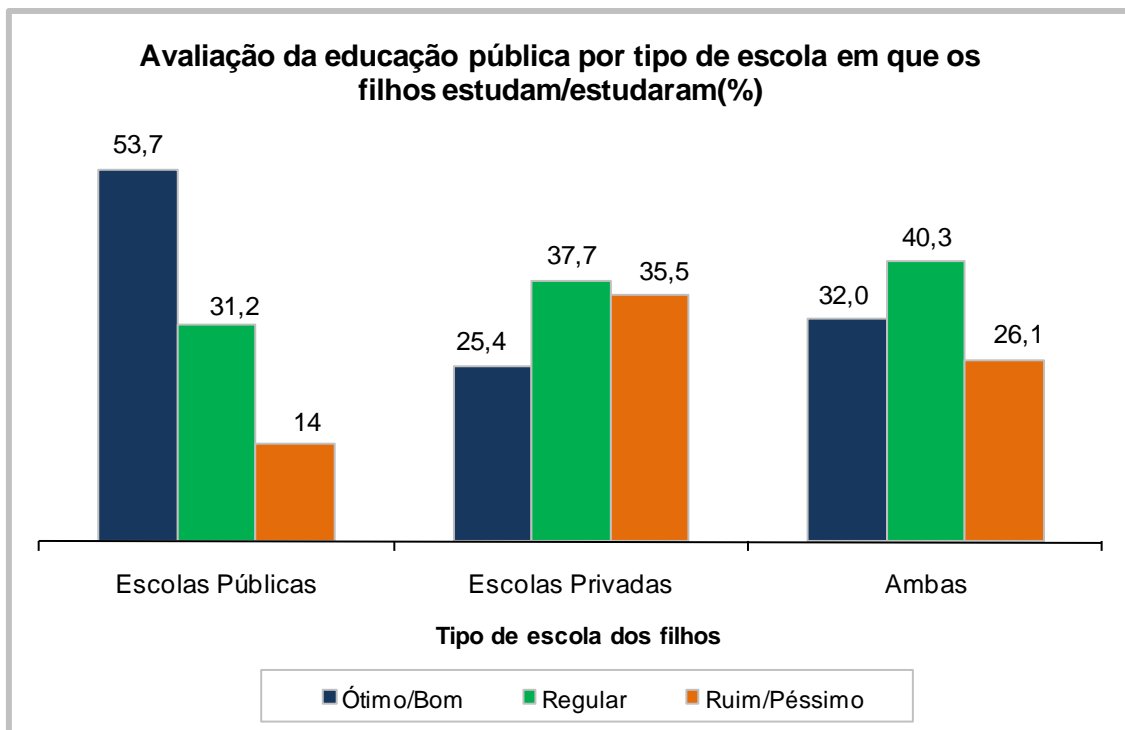


Assim como na avaliação da rede pública de saúde no país, se verificou também na avaliação da educação uma tendência de índices mais positivos junto ao público usuário do sistema: 47,5% daqueles que estudam ou estudaram em colégios públicos avaliam a educação pública como boa ou ótima. Entre aqueles que estudam ou estudaram apenas em colégios particulares o índice de avaliação ótimo ou bom foi de 22,7%. Já o grupo que estudou em escolas de ambos os sistemas, público e privado, tende a avaliar a educação pública do país como regular (44,3%).

FIGURA 4.7 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de

A avaliação da educação pública alcançou níveis mais positivos quando avaliada por pais que possuem filhos em idade escolar estudando em colégios públicos: 53,7% destes avaliam a educação pública no Brasil como boa ou ótima. Já entre aqueles que possuem os filhos estudando em escolas particulares, esse percentual decresce para 25,4%. Pais que possuem filhos estudando em escolas de ambos os sistemas tendem a avaliar a educação pública do Brasil como regular: 40,3%.

FIGURA 4.8 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de escola em que os filhos estudam na formação de 1º ou 2º graus



5. TEMAS ATUAIS

A maioria da população brasileira percebe mudanças quanto à forma de ação do Brasil em relação aos demais países do mundo: 68,7%. O principal aspecto percebido se deve a maior atuação do país nas discussões de grandes questões. Esse aspecto foi indicado por 36,2% da população que percebeu mudanças na atuação do Brasil em relação aos demais países. A avaliação da atuação do Brasil em assuntos relacionados aos demais países do mundo é positiva: 66,8% da população percebem essa atuação como boa ou ótima.

FIGURA 5.1 – Percepção de mudança quanto à forma de ação do Brasil em relação aos demais países

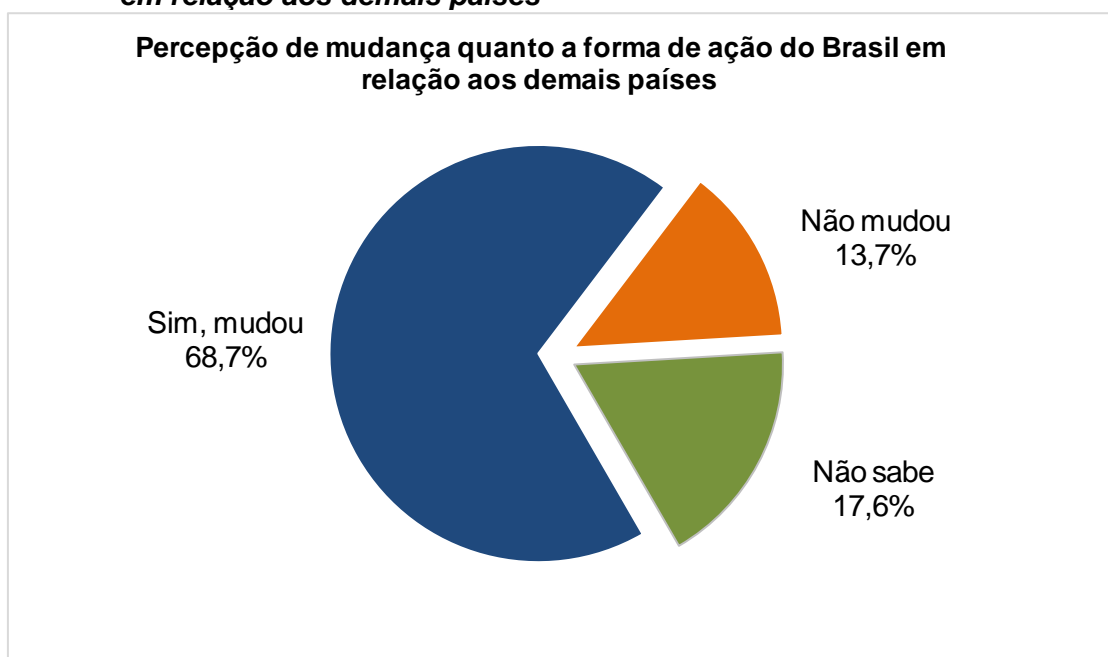
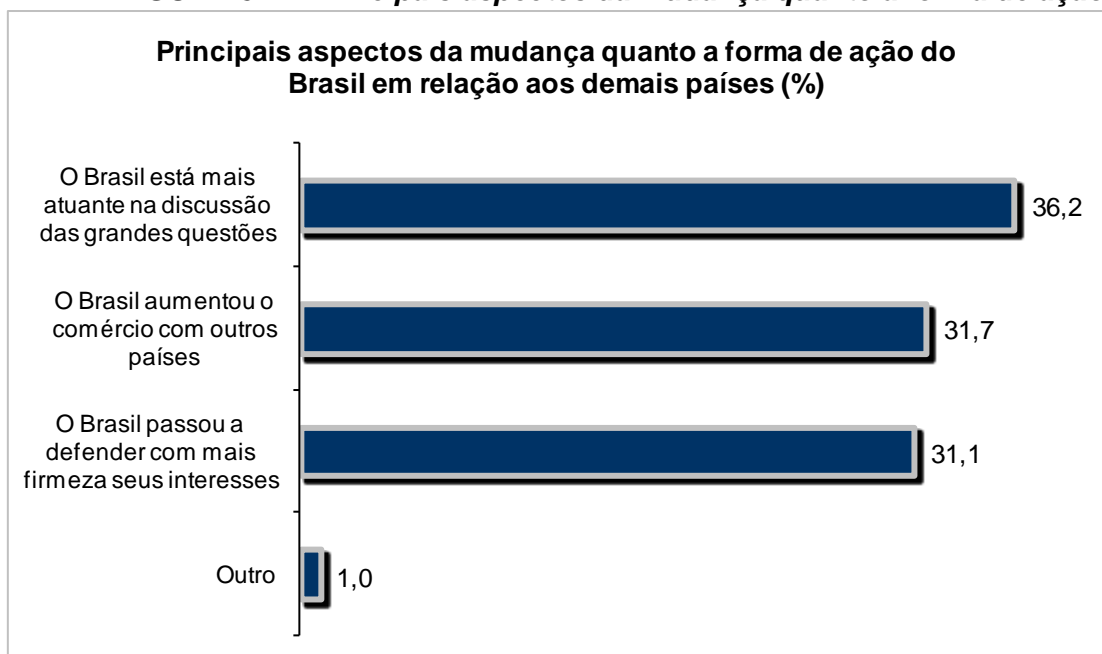
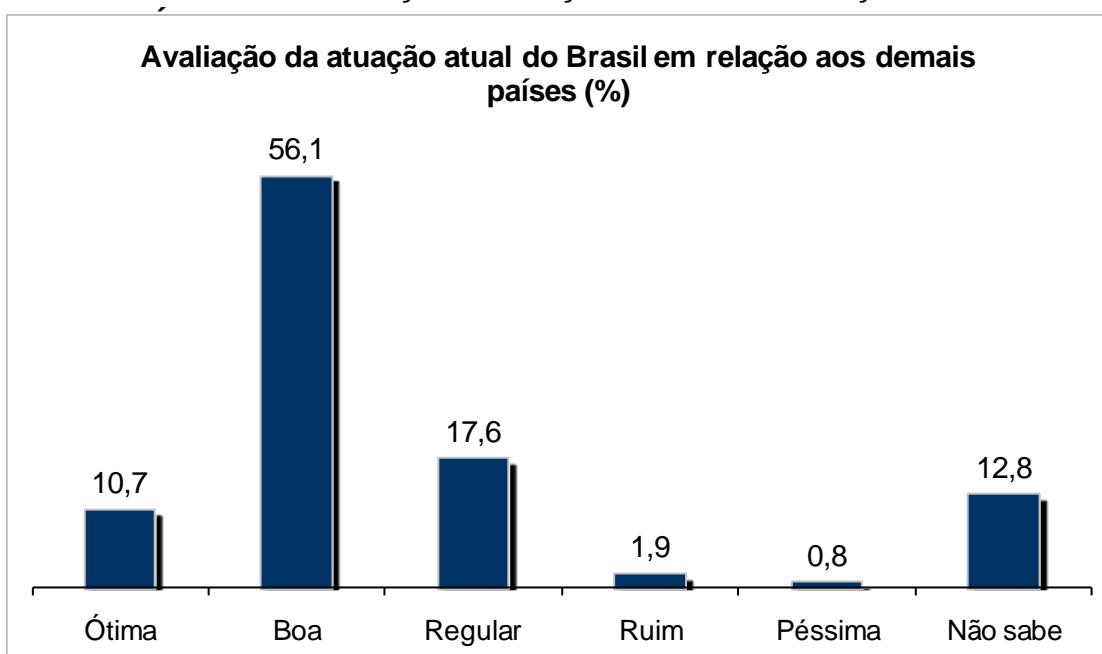


FIGURA 5.2 – Principais aspectos da mudança quanto a forma de ação

Base de estimativas percentuais: 3.089 respondentes (Correspondente a 68,7% do total da amostra: entrevistados que perceberam mudanças na forma de atuação do Brasil em relação aos demais países do mundo)

FIGURA 5.3 – Avaliação da atuação do Brasil em relação aos demais

A percepção de mudança na forma de agir do Brasil em relação aos demais países é mais acentuada no grupo populacional de classe de renda mais alta: 82,2% dos entrevistados de família com renda acima de 10 salários mínimos afirmam que o Brasil mudou sua forma de agir em relação aos demais países do mundo.

TABELA 5.1 – Percepção de mudança quanto à forma de ação do Brasil em relação aos demais países, por classe de renda familiar mensal

| O BRASIL MUDOU SUA FORMA DE AGIR E SE RELACIONAR COM OS DEMAIS PAÍSES DO MUNDO NOS ÚLTIMOS ANOS? | Classe de Renda (S.M.) (%) | | | | Total |
|--|----------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| | Até 2 | + de 2 até 5 | + de 5 até 10 | + de 10 | |
| Sim, mudou | 61,6 | 69,9 | 76,0 | 82,2 | 68,6 |
| Não mudou | 12,8 | 14,1 | 16,5 | 12,8 | 13,7 |
| Não sabe | 25,6 | 16,1 | 7,5 | 5,0 | 17,6 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 1.796 | 1.710 | 621 | 373 | 4.500 |

A maior parte da população brasileira conhece ou ouviu falar sobre o MERCOSUL: 67,5%. No entanto, é expressivo o percentual da população que diz não conhecer sobre o assunto: 32,5%. Entre aqueles que conhecem ou ouviram falar sobre o MERCOSUL a ampla maioria (81,6%) considera o tratado importante ou muito importante. A mesma tendência se verifica quanto à avaliação da participação do Brasil no MERCOSUL: a opinião de que essa participação é boa ou ótima é compartilhada por 82,8% da população que conhece ou ouviu falar sobre o assunto.

FIGURA 5.4 – Nível de conhecimento da população brasileira sobre o MERCOSUL

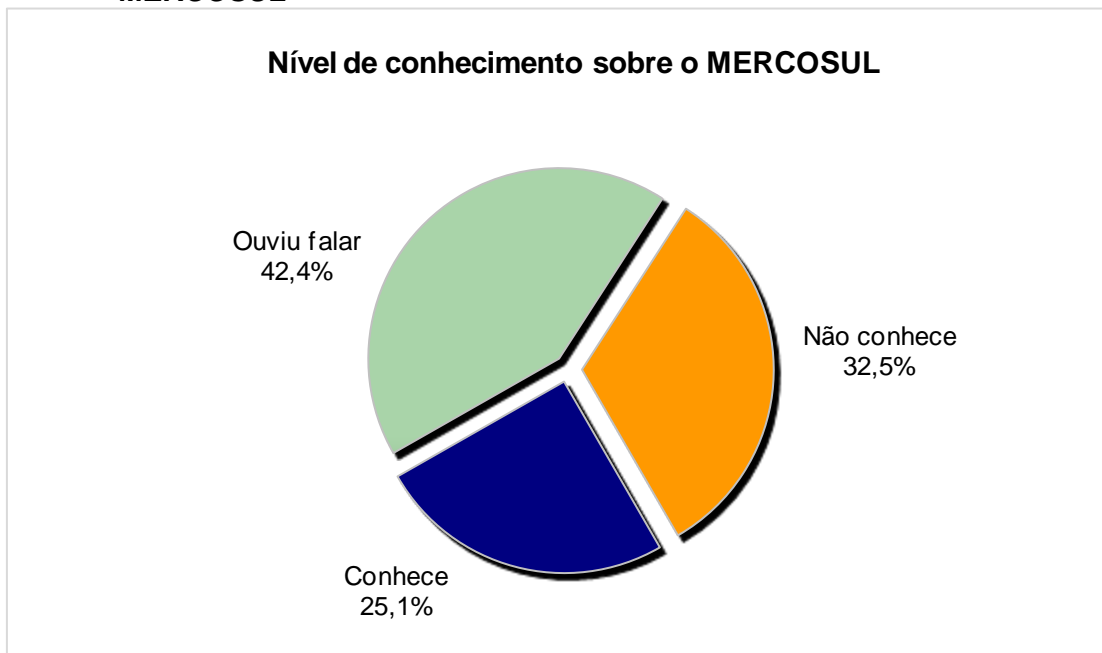
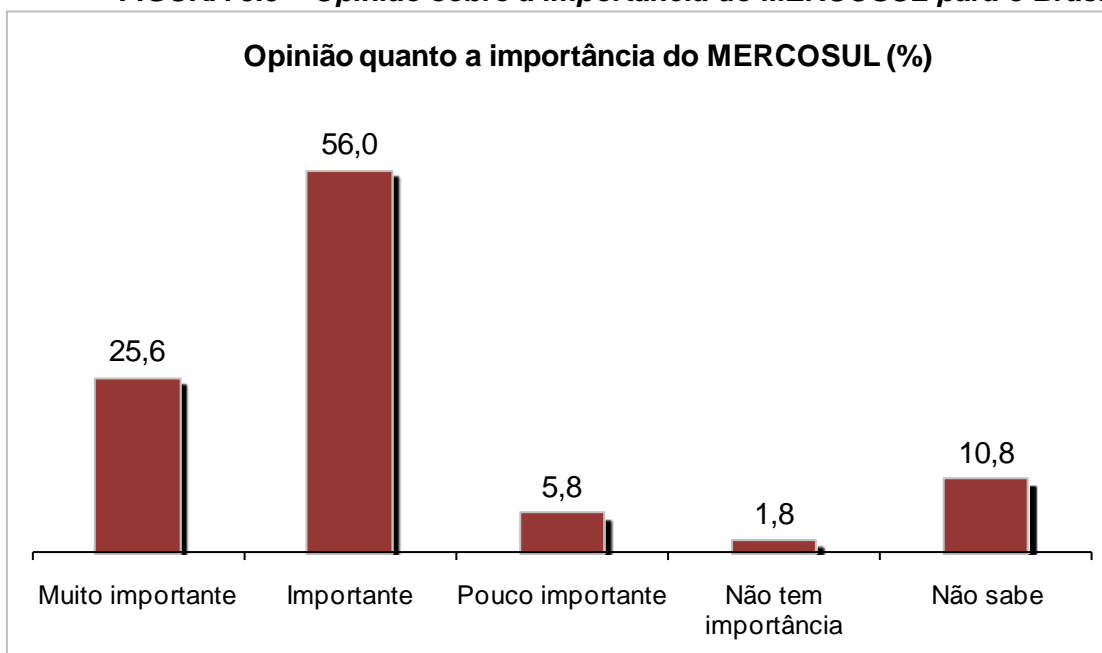
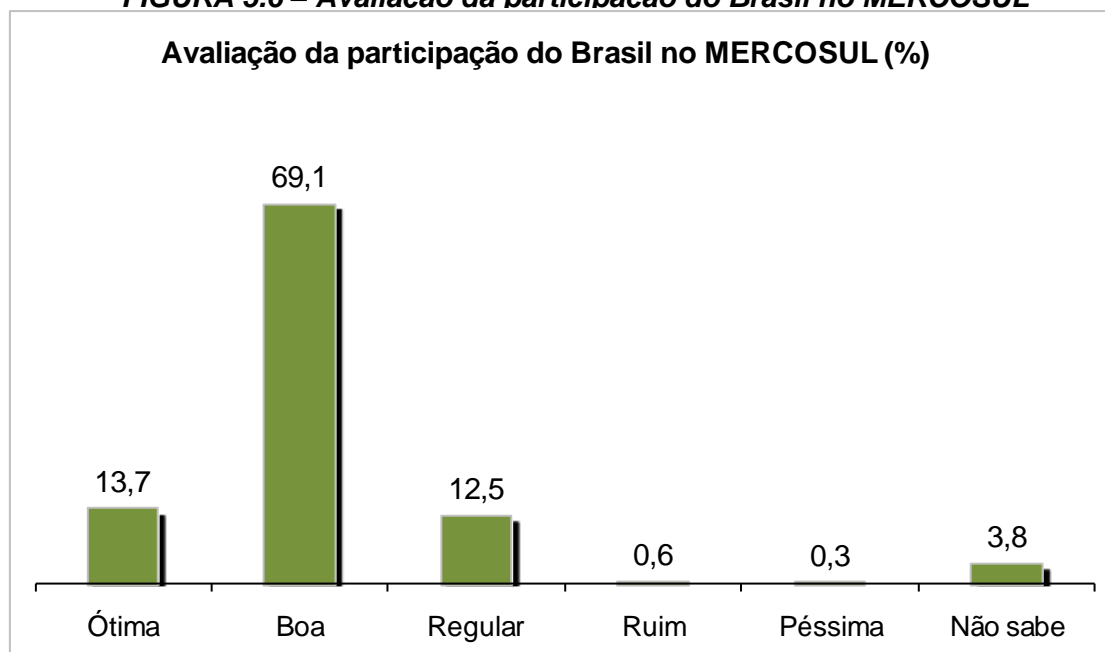


FIGURA 5.5 – Opinião sobre a importância do MERCOSUL para o Brasil



Base de estimativas percentuais: 3.035 respondentes (Correspondente a 67,5% do total da amostra: entrevistados que conhecem ou ouviram falar sobre o MERCOSUL)

FIGURA 5.6 – Avaliação da participação do Brasil no MERCOSUL

Base de estimativas percentuais: 3.035 respondentes (Correspondente a 67,5% do total da amostra: entrevistados que conhecem ou ouviram falar sobre o MERCOSUL)

O nível de conhecimento da população sobre o MERCOSUL apresentou evidências de relação significativa com a Região Geográfica e com a classe de renda familiar mensal. As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram as maiores proporções de pessoas que conhecem o MERCOSUL. No segmento populacional de classe de renda familiar mais baixa (até 2 salários mínimos), apenas 13,7% afirmaram conhecer o MERCOSUL. No segmento populacional de classe de renda mais alta (Mais de 10 salários mínimos) esse percentual aumenta para 60,2%.

TABELA 5.2 – Nível de conhecimento da população brasileira sobre o MERCOSUL, por Região geográfica

| CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR SOBRE O MERCOSUL? | Região Geográfica (%) | | | | | Total |
|---|-----------------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| Conhece | 16,5 | 15,6 | 28,4 | 36,1 | 24,5 | 25,1 |
| Ouvir falar | 51,9 | 39,6 | 42,9 | 38,4 | 49,8 | 42,4 |
| Não conhece | 31,6 | 44,8 | 28,8 | 25,6 | 25,7 | 32,5 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 600 | 1.000 | 1.500 | 800 | 600 | 4.500 |

TABELA 5.3 – Nível de conhecimento da população brasileira sobre o MERCOSUL, por classe de renda familiar mensal

| CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR SOBRE O MERCOSUL? | Classe de Renda (S.M.) (%) | | | | Total |
|---|----------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| | Até 2 | + de 2 até 5 | + de 5 até 10 | + de 10 | |
| Conhece | 13,7 | 23,9 | 38,4 | 60,2 | 25,1 |
| Ouviu falar | 38,3 | 47,5 | 46,7 | 31,9 | 42,4 |
| Não conhece | 48,0 | 28,6 | 14,9 | 7,9 | 32,5 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 1.796 | 1.710 | 621 | 373 | 4.500 |

O programa nuclear do Irã é conhecido por apenas 15,3% dos entrevistados, e ouviram falar sobre o assunto 35,2%. Outros 49,5% dizem não conhecer o tema. Entre aqueles que manifestaram conhecimento sobre o assunto, 48,9% concordam em a iniciativa brasileira em buscar um acordo entre o Irã e os demais países interessados no programa nuclear desse país. Outros 38,9% manifestaram discordância nessa questão, enquanto que 12,3% não souberam manifestar opinião.

FIGURA 5.7 – Nível de conhecimento da população brasileira sobre o Programa Nuclear do Irã

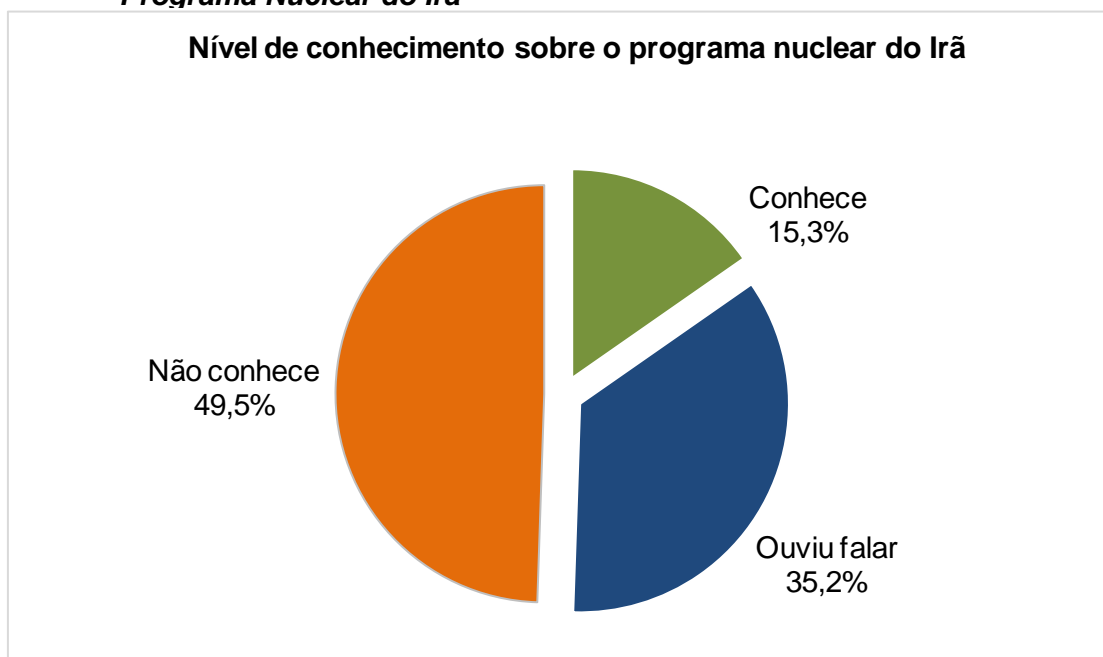
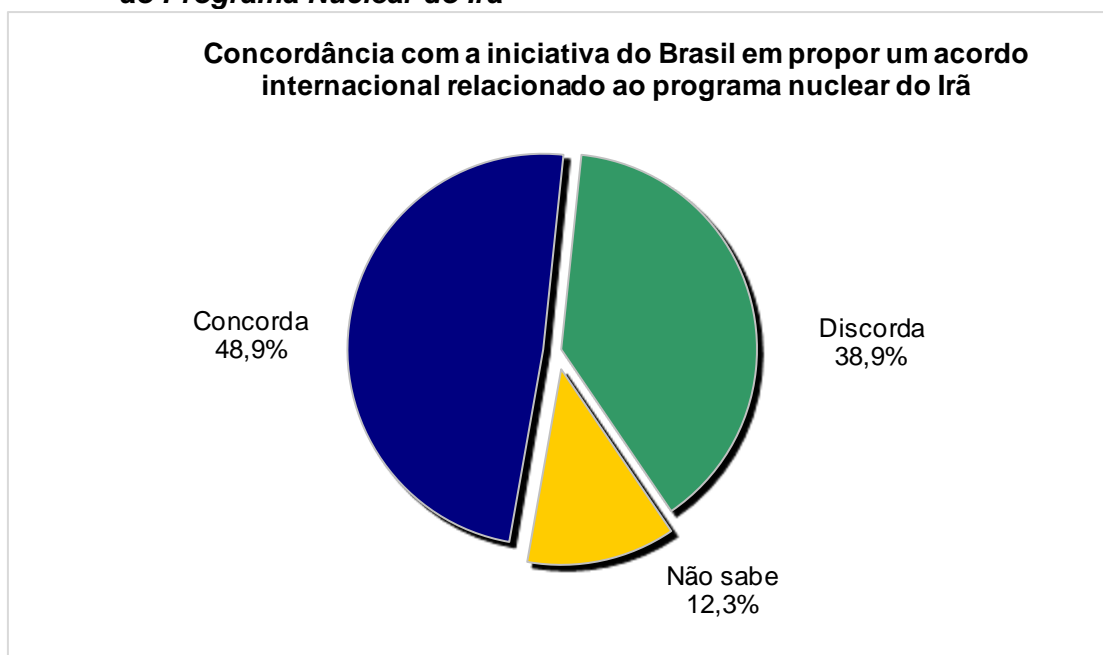


FIGURA 5.8 – Nível de concordância da população em relação a iniciativa do Brasil em intermediar um acordo Internacional em relação ao Programa Nuclear do Irã



Base de estimativas percentuais: 2.275 respondentes (Correspondente a 50,5% do total da amostra: entrevistados que conhecem ou ouviram falar sobre o Programa Nuclear do Irã)

O nível de conhecimento da população sobre o programa nuclear do Irã também apresentou evidências de relação significativa com a classe de renda familiar mensal do entrevistado: no segmento populacional de classe de renda familiar mais baixa (até 2 salários mínimos), apenas 7,6% afirmaram conhecer o tema, enquanto que no segmento populacional de classe de renda mais alta (Mais de 10 salários mínimos) esse percentual aumenta para 39,1%.

TABELA 5.4 – Nível de conhecimento da população brasileira sobre o Programa Nuclear do Irã, por classe de renda familiar mensal

| CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR DO IRÃ? | Classe de Renda (S.M.) (%) | | | | Total |
|--|----------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| | Até 2 | + de 2 até 5 | + de 5 até 10 | + de 10 | |
| Conhece | 7,6 | 14,1 | 25,6 | 39,1 | 15,3 |
| Ouvir falar | 29,4 | 36,8 | 43,2 | 41,1 | 35,2 |
| Não conhece | 63,1 | 49,0 | 31,1 | 19,8 | 49,4 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 1.796 | 1.710 | 621 | 373 | 4.500 |

O Conselho de segurança da ONU é conhecido por 20,4% da população brasileira. Outros 42,7% disseram apenas ter ouvido falar, enquanto que 36,9% desconhecem o Conselho de Segurança da ONU. Entre aqueles que conhecem ou ouviram falar sobre o tema, prevalece a opinião de que é importante ou muito importante para o Brasil participar desse conselho: 85,7%. O Conselho de Segurança da ONU é mais conhecido no segmento populacional de classe de renda mais alta (Mais de 10 salários mínimos): 50,2%. Esse percentual declina a medida que diminui a renda familiar, chegando a 11,3% de conhecimento junto ao segmento populacional de classe de renda familiar mais baixa (até 2 salários mínimos).

FIGURA 5.9 – Nível de conhecimento da população brasileira sobre o Conselho de Segurança da ONU

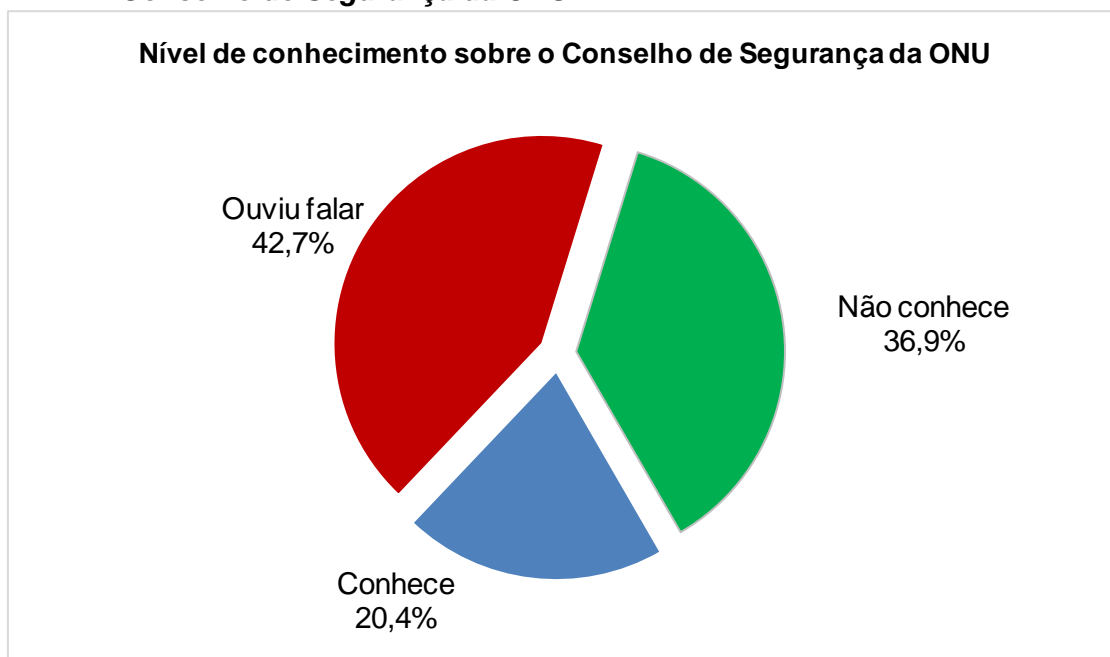
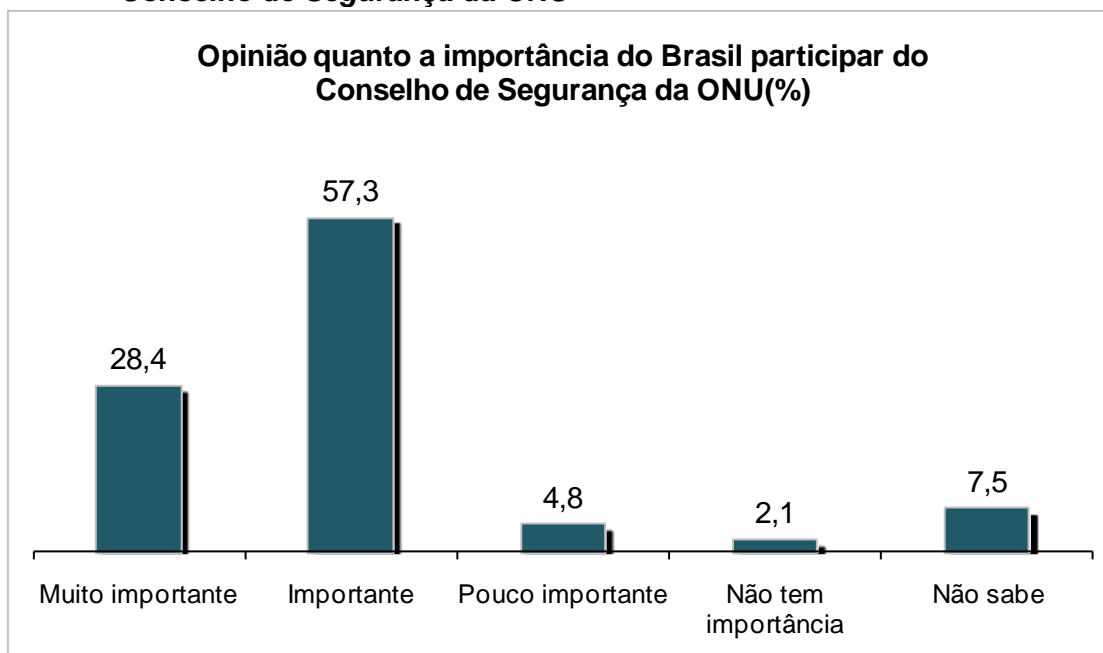


FIGURA 5.10 – Opinião quanto à importância de o Brasil participar do Conselho de Segurança da ONU



Base de estimativas percentuais: 2.839 respondentes (Correspondente a 63,1% do total da amostra: entrevistados que conhecem ou ouviram falar sobre o Conselho de Segurança da ONU)

TABELA 5.5 – Nível de conhecimento da população brasileira sobre o Conselho de Segurança da ONU, por classe de renda familiar mensal

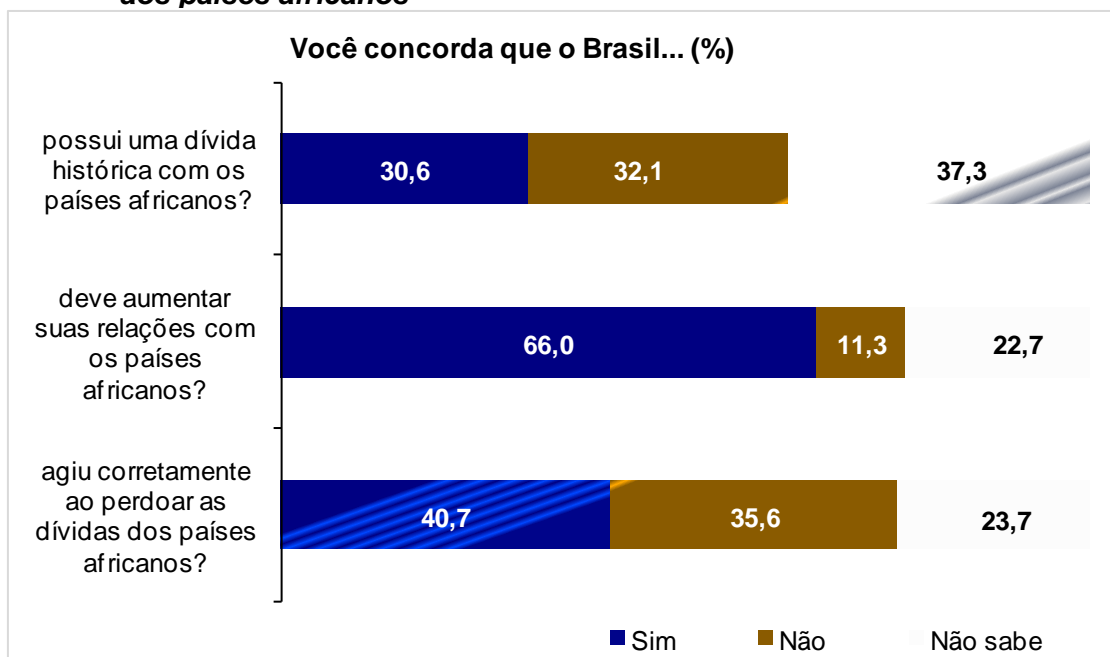
| CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR SOBRE CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU? | Classe de Renda (S.M.) (%) | | | | Total |
|---|----------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| | Até 2 | + de 2 até 5 | + de 5 até 10 | + de 10 | |
| Conhece | 11,3 | 18,2 | 33,3 | 50,2 | 20,4 |
| Ouvir falar | 39,8 | 45,0 | 46,9 | 39,3 | 42,7 |
| Não conhece | 49,0 | 36,8 | 19,8 | 10,5 | 36,9 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 1.796 | 1.710 | 621 | 373 | 4.500 |

As questões do Brasil relacionadas aos países africanos apresentam grande divergência de opinião entre a população, assim como percentuais expressivos de pessoas que não sabem opinar sobre essas questões: 37,3% da população brasileira não sabem se posicionar em relação à dívida histórica do país com os países africanos; 23,7% não sabem se o Brasil está agindo

corretamente ao perdoar a dívida dos países africanos; e 22,7% não sabem se o Brasil deve aumentar suas relações com estes países.

O ponto relacionado aos países africanos de maior divergência de opinião é sobre a dívida histórica com estes países: 32,1% não concordam que o Brasil tenha uma dívida histórica com os países africanos, enquanto que 30,6% concordam com a afirmação; Outro ponto polêmico se refere às dívidas dos países africanos: enquanto 40,7% concordam com fato de o Brasil perdoar as dívidas dos países africanos, 35,6% manifestaram opinião contrária; o aumento das relações com os países da África é apoiado pela maioria da população: 66,0% disseram concordar com o aumento dessas relações, enquanto que apenas 11,3% manifestaram opinião divergente.

FIGURA 5.11 – Nível de concordância com temas/assuntos relacionados aos países africanos



A Região Sudeste apresenta os melhores níveis de concordância em relação aos temas abordados sobre os países africanos. Nessa Região, 33,9% da população concorda que o Brasil possui uma dívida histórica com os países africanos; 46,0% da população da Região Sudeste também concorda com o perdão das dívidas desses países; e 74,4% concordam que o Brasil deve aumentar as relações com os países do continente africano. Por outro lado, a população da Região Sul se apresenta mais resistente com a idéia de que o Brasil possui uma dívida histórica com a África e com a atitude brasileira de perdoar as dívidas dos países africanos: 23,9% concordam com a primeira questão, e 30,3% concordam com a segunda. Já a idéia de que o Brasil deve aumentar suas relações com o continente africano é menos aceita na Região Nordeste, com 54,4% de concordância.

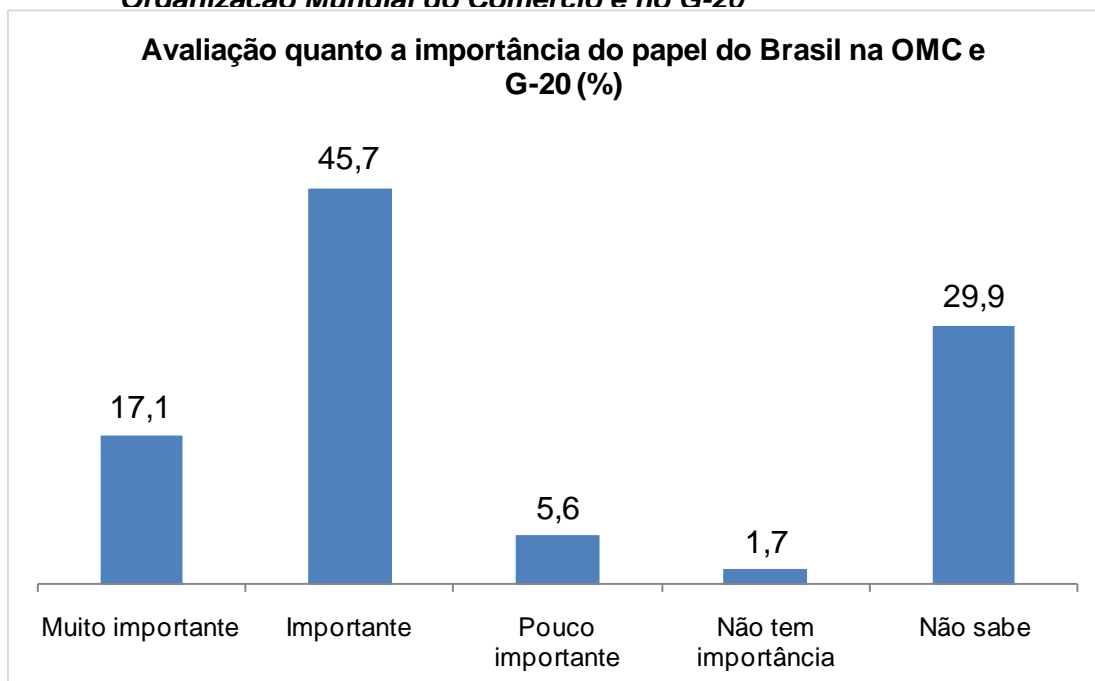
TABELA 5.6 – Nível de concordância com temas/assuntos relacionados aos países africanos, por Região Geográfica

| EM RELAÇÃO AOS PAÍSES AFRICANOS VOCÊ CONCORDA QUE... | Região Geográfica (%) | | | | | Total |
|--|-----------------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| o Brasil possui uma dívida histórica com os mesmos | 30,6 | 28,3 | 33,9 | 23,9 | 33,5 | 30,6 |
| o Brasil deve aumentar suas relações com os mesmos | 63,0 | 54,4 | 74,4 | 59,1 | 73,7 | 66,0 |
| que o Brasil deve perdoar a dívida dos mesmos | 41,6 | 38,9 | 46,0 | 30,3 | 36,8 | 40,8 |
| Tamanhos amostrais por grupo | 600 | 1.000 | 1.500 | 800 | 600 | 4.500 |

A importância do papel do Brasil junto a Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao grupo das vinte maiores economias do mundo (G-20) é avaliado como importante por 45,7% da população brasileira. Outros 17,1% avaliam essa participação como muito importante, totalizando 62,8% de

avaliação positiva. No entanto é expressivo o percentual da população que não soube avaliar o papel brasileiro na OMC e no G-20: 29,9%.

FIGURA 5.12 – Avaliação quanto a importância do papel brasileiro na Organização Mundial do Comércio e no G-20



A mesma tendência de avaliações positivas foi verificado quanto a ampliação das relações do Brasil com países em desenvolvimento e na participação do Brasil na criação da UNASUL, BRIC e IBAS. A política brasileira de ampliação das relações com países em desenvolvimento é avaliada como boa ou ótima por 63,5% da população brasileira. A participação do país na criação da UNASUL, BRIC e IBAS foi considerada boa ou ótima por 47,5% da população. Outros 39,3% não souberam avaliar a participação brasileira no tema.

FIGURA 5.13 – Avaliação da política brasileira em ampliar relações com países em desenvolvimento

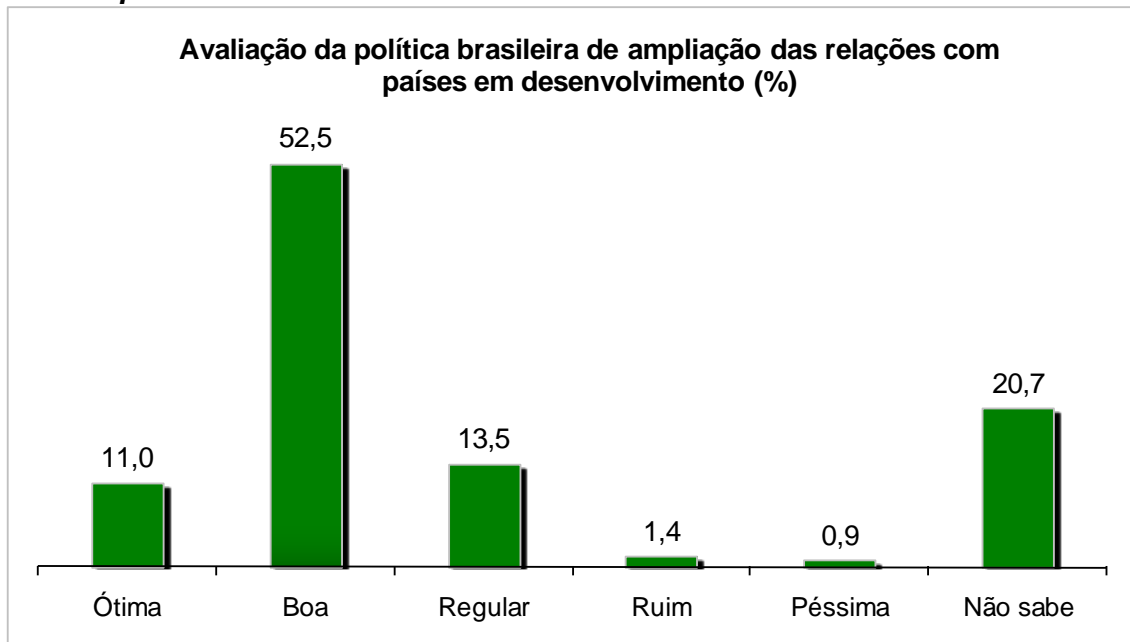
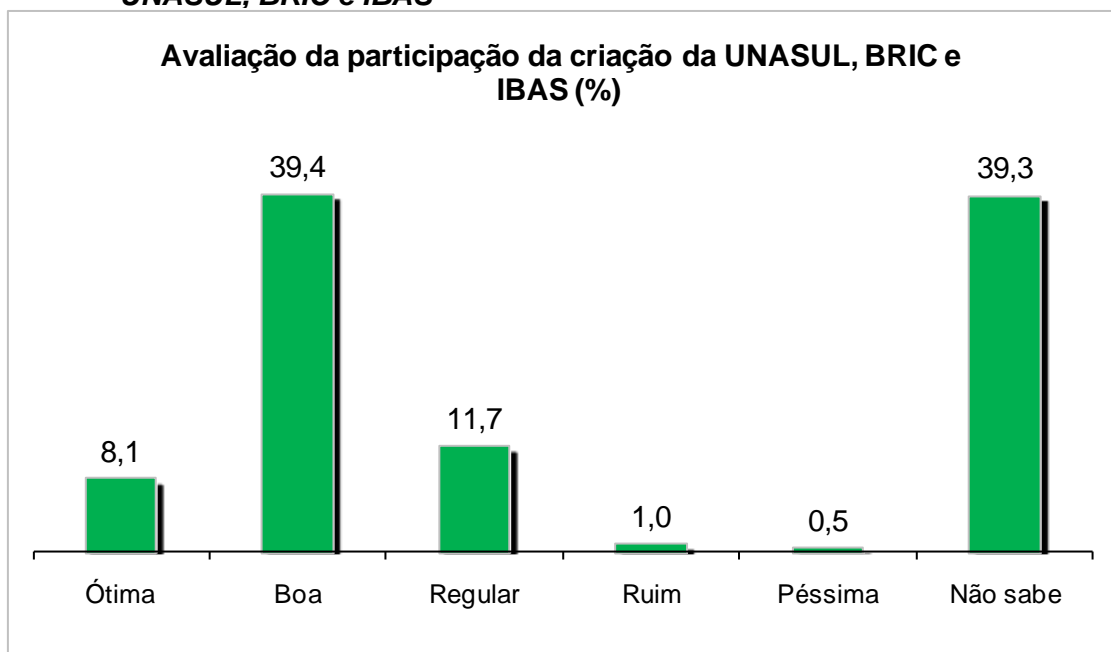


FIGURA 5.14 – Avaliação da participação do Brasil na criação da UNASUL, BRIC e IBAS



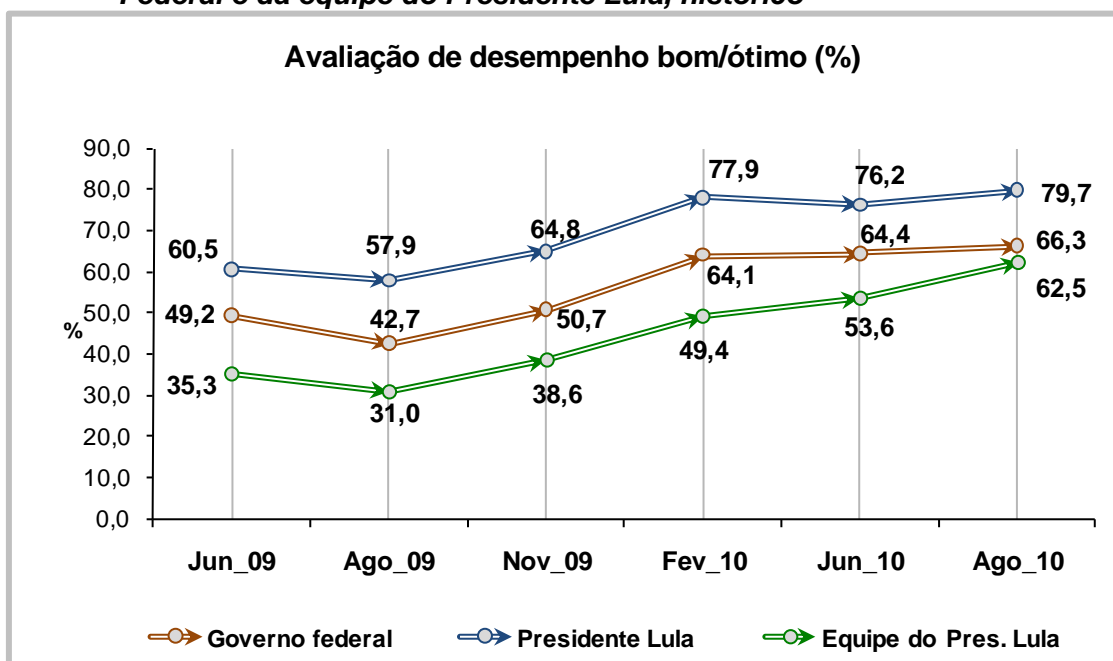
6. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A avaliação do desempenho do presidente Lula segue tendência de evolução positiva no período estudado, batendo novo recorde de avaliação bom/ótimo: 79,7.

O desempenho do Governo Federal também foi avaliado positivamente em tendência crescente. A avaliação bom/ótimo passou de 49,2%, observado no primeiro levantamento, para os atuais 66,3% da população.

A avaliação positiva do desempenho da equipe do presidente Lula indicou tendência semelhante, passando de 35,3% na primeira pesquisa para 62,5% em agosto de 2010.

FIGURA 6.1 – Desempenho bom/ótimo do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, histórico



A corrupção destacou-se como o principal motivo da avaliação negativa ou regular do governo e da equipe de governo. Entre aqueles que assim avaliaram o desempenho do Governo Federal, 24,6% afirmaram que se deve à

corrupção no governo (no levantamento de novembro de 2009 essa proporção era de 25,1%, em fevereiro de 2010 era de 33,0%, e em junho de 2010 foi de 28,1%). Entre aqueles que avaliam a equipe do presidente Lula como regular ou negativa, 65,0% assim avaliam devido à corrupção (em novembro de 2009 era de 70,9%, em fevereiro de 2010 era 72,9%, e em junho de 2010 era 67,9%). Já entre aqueles que avaliaram o desempenho do presidente Lula de forma regular ou negativa, a falta de empenho no combate à corrupção deixou de ser o principal motivo dessa avaliação, passando a este posto a percepção de não cumprimento de suas promessas, com 28,9% das indicações.

FIGURA 6.2 – Motivos da avaliação de desempenho do Governo Federal como regular, ruim ou péssima

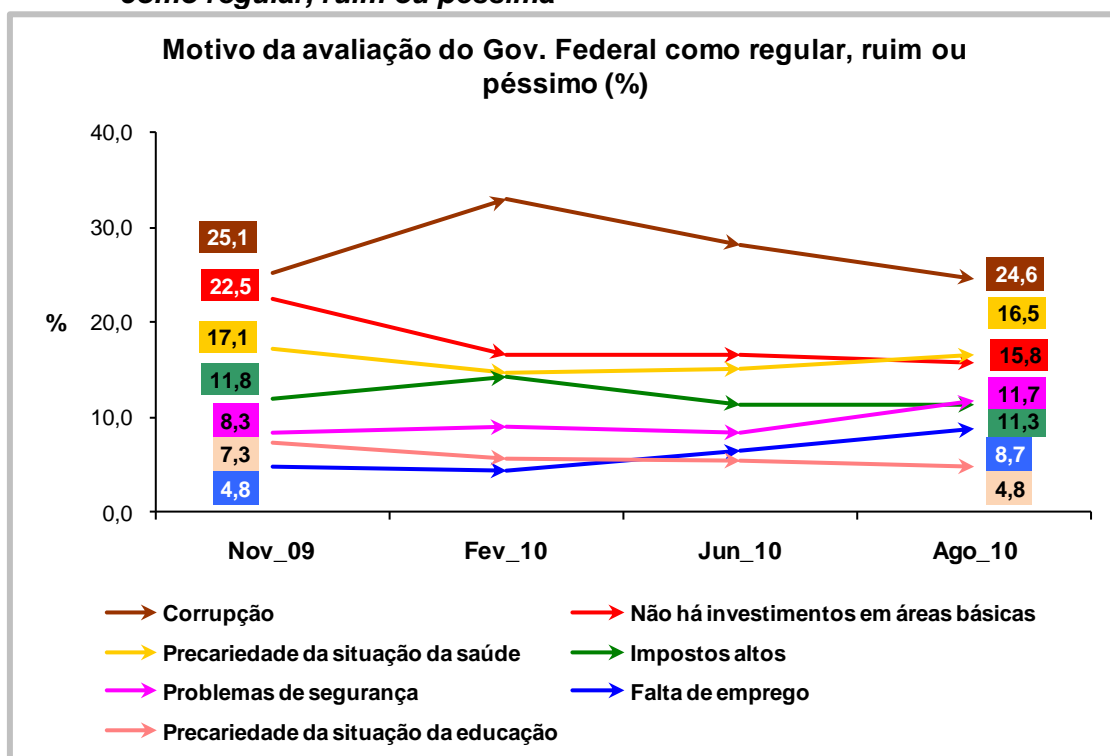


FIGURA 6.3 – Motivos da avaliação de desempenho do Presidente Lula como regular, ruim ou péssima

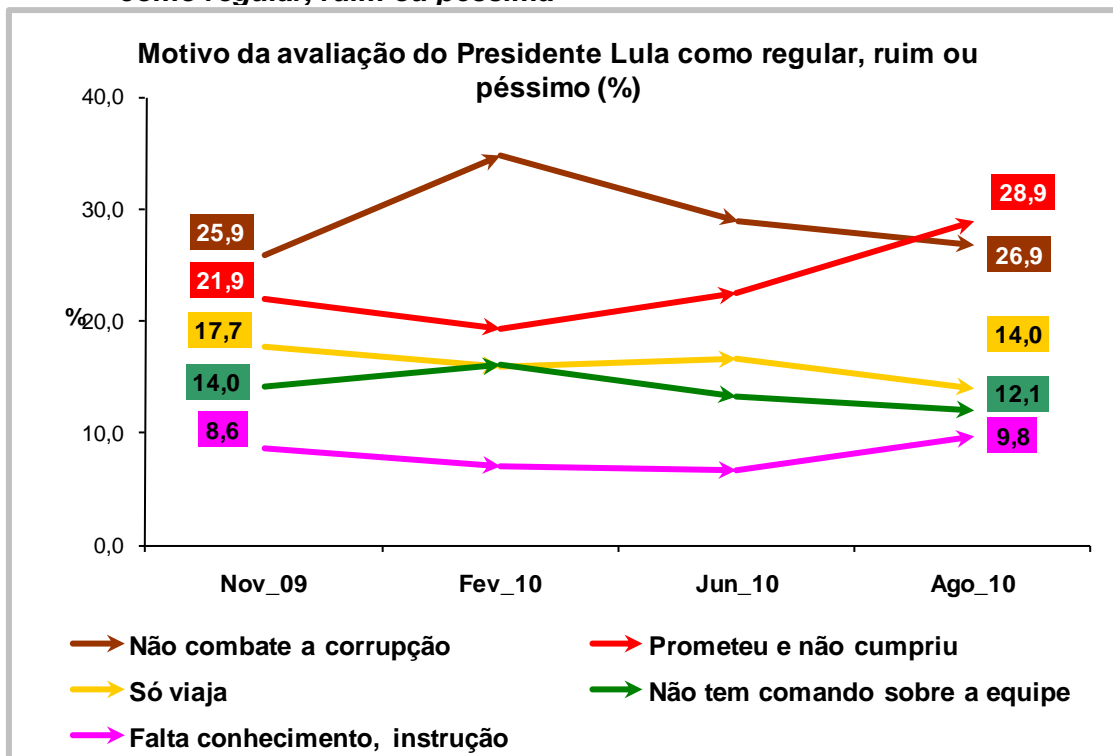
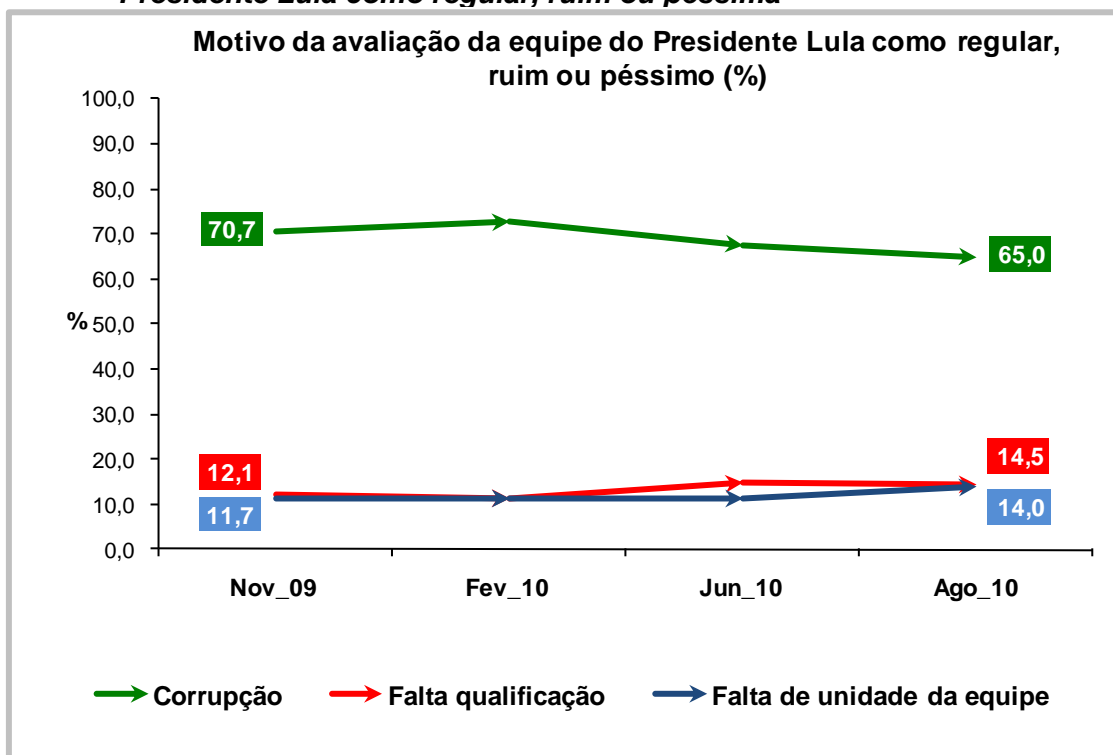
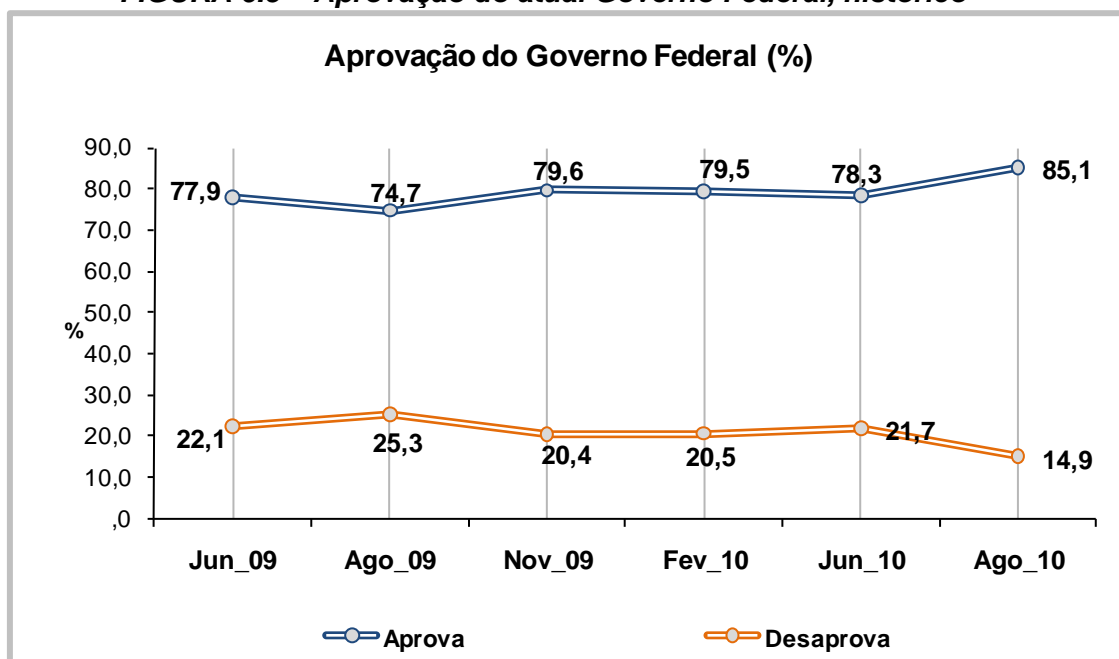


FIGURA 6.4 – Motivos da avaliação de desempenho da equipe do Presidente Lula como regular, ruim ou péssima



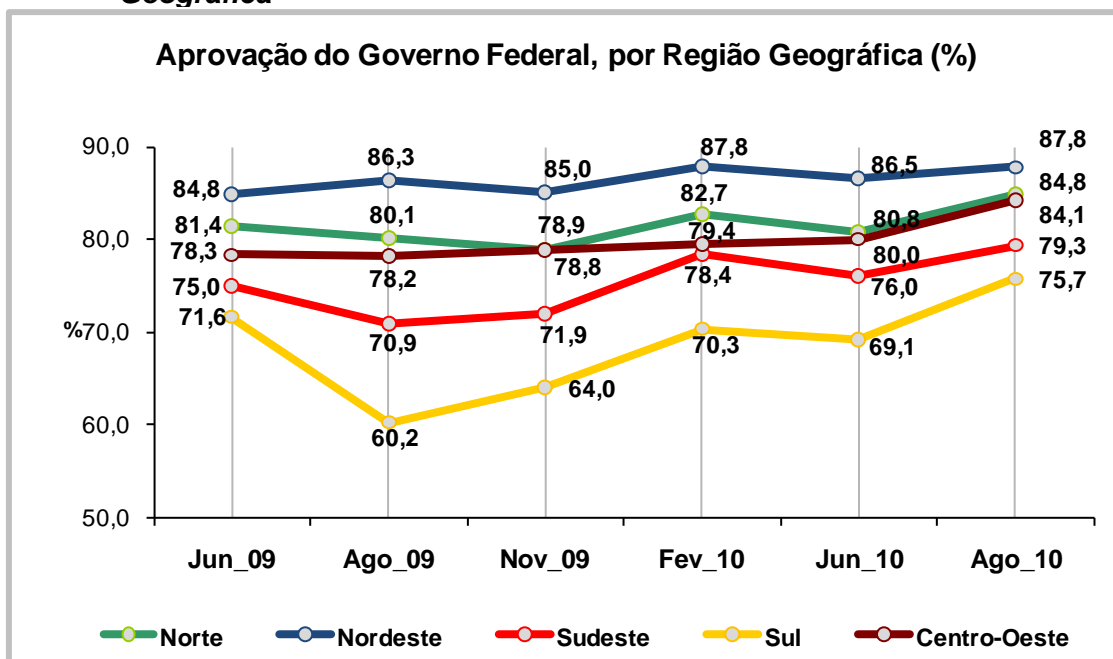
Frente à opção dicotômica de aprovação ou desaprovação do atual Governo Federal, o nível de aprovação acompanhou a tendência de crescimento na avaliação positiva do desempenho do Presidente Lula, Do Governo Federal e da Equipe do Presidente Lula, atingindo no atual levantamento um novo recorde de aprovação: 85,1%.

FIGURA 6.5 – Aprovação do atual Governo Federal, histórico



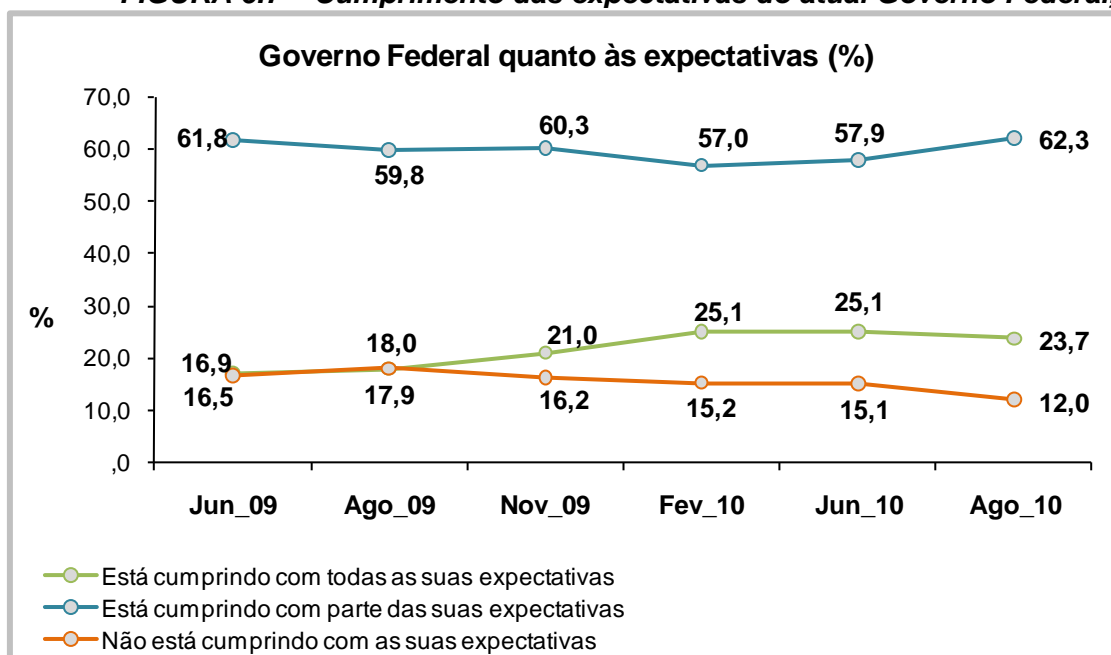
A comparação dos índices de aprovação atuais com aqueles levantados pelas pesquisas realizadas em períodos anteriores, por Região Geográfica, apresenta recordes de aprovação em todas as regiões geográficas, ficando em patamares superiores a 75,0%.

FIGURA 6.6 – Aprovação do atual Governo Federal, histórico por Região Geográfica



A percepção de que o governo está cumprindo parcialmente com as expectativas foi indicada por 62,3% da população brasileira. Outros 12,0% responderam que o Governo Federal não está correspondendo as suas expectativas, enquanto que para 23,7% dos entrevistados o atual Governo está cumprindo com todas as suas expectativas.

Comparando com as pesquisas realizadas anteriormente, observa-se neste último levantamento um ligeiro declínio do percentual da população que afirma que o Governo Federal está cumprindo com todas as expectativas, passando de 25,1% observado nos últimos dois levantamentos para os atuais 23,7%.

FIGURA 6.7 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal,

A atual gestão do Presidente Lula, em comparação com o primeiro mandato, é considerada melhor por 55,5% da população brasileira. Outros 37,6% não perceberam mudança entre uma gestão e outra, enquanto que na opinião de 5,9% a gestão do segundo governo está pior.

Na comparação histórica observou-se a tendência de crescimento dos percentuais de avaliação positiva da atual gestão do Governo Federal, ultrapassando em novembro de 2009 a proporção dos que consideram igual a primeira e segunda gestão do governo Lula. Nos últimos três levantamentos, o percentual dos que percebem a atual gestão como melhor se manteve a cima dos 50,0% (51,7%, 50,4% e 55,5%, respectivamente). A opinião de que a atual gestão está pior em relação ao primeiro mandato segue tendência de declínio contínuo, verificada a partir de agosto de 2009, quando 15,7% da população brasileira manifestaram essa opinião, declinando para os atuais 5,9%.

Comparando os dados atuais com aqueles observados no levantamento de junho de 2009, por Região Geográfica, verifica-se um aumento significativo ($p\text{-valor} < 0,05$) na proporção da população que considera o segundo mandato

melhor do que o primeiro, ficando em patamares superiores a 50,0% em todas as Regiões.

FIGURA 6.8 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula,

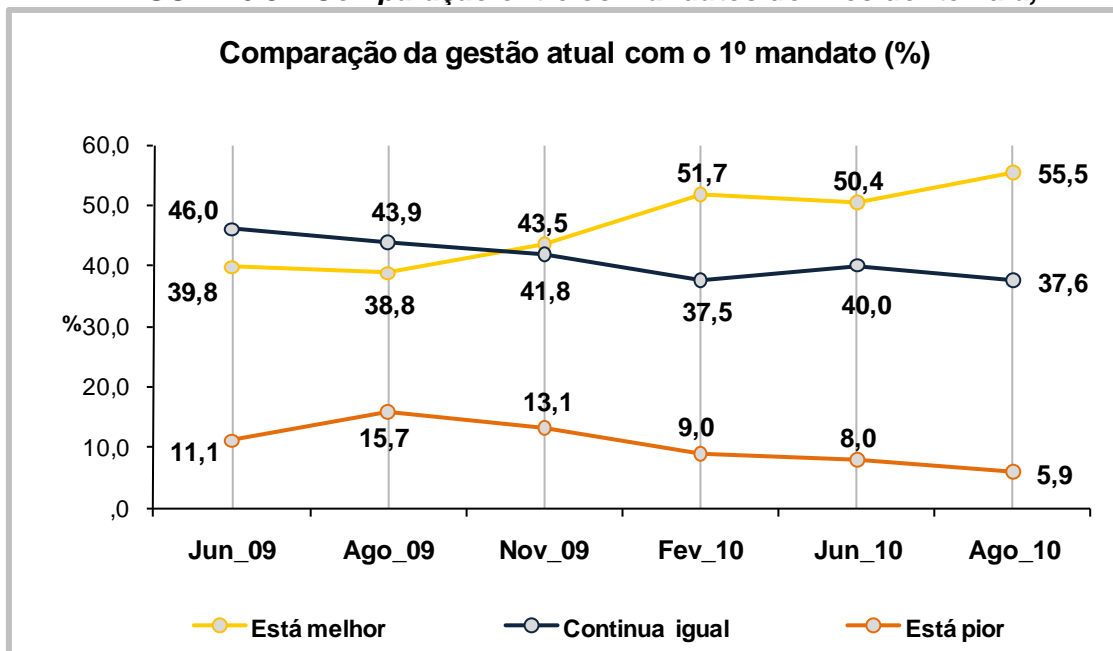
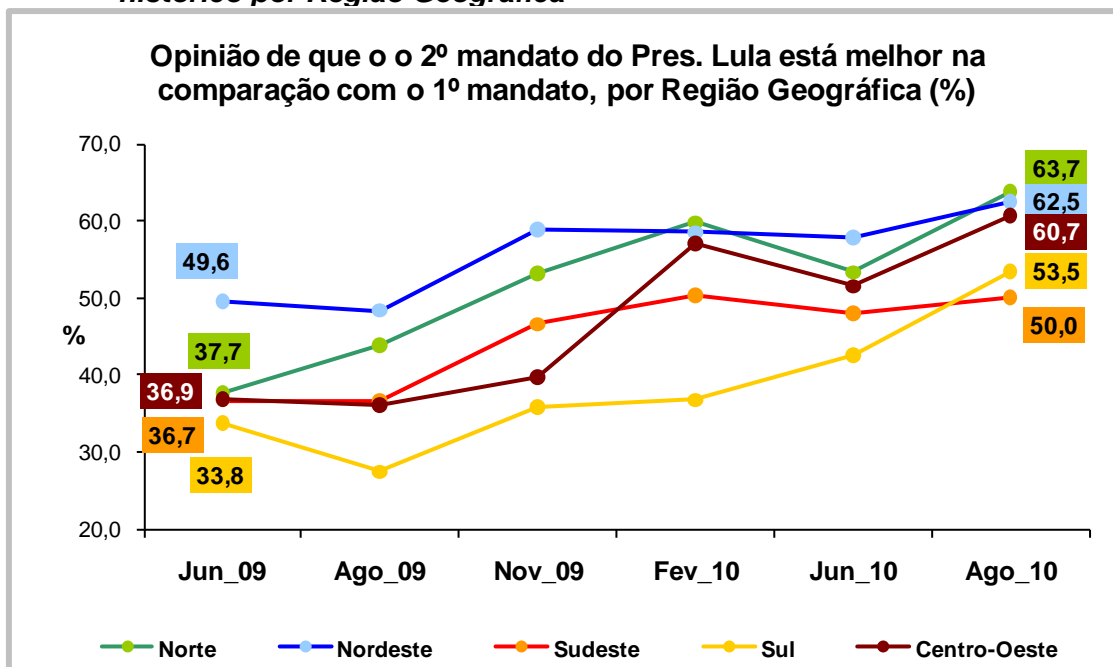
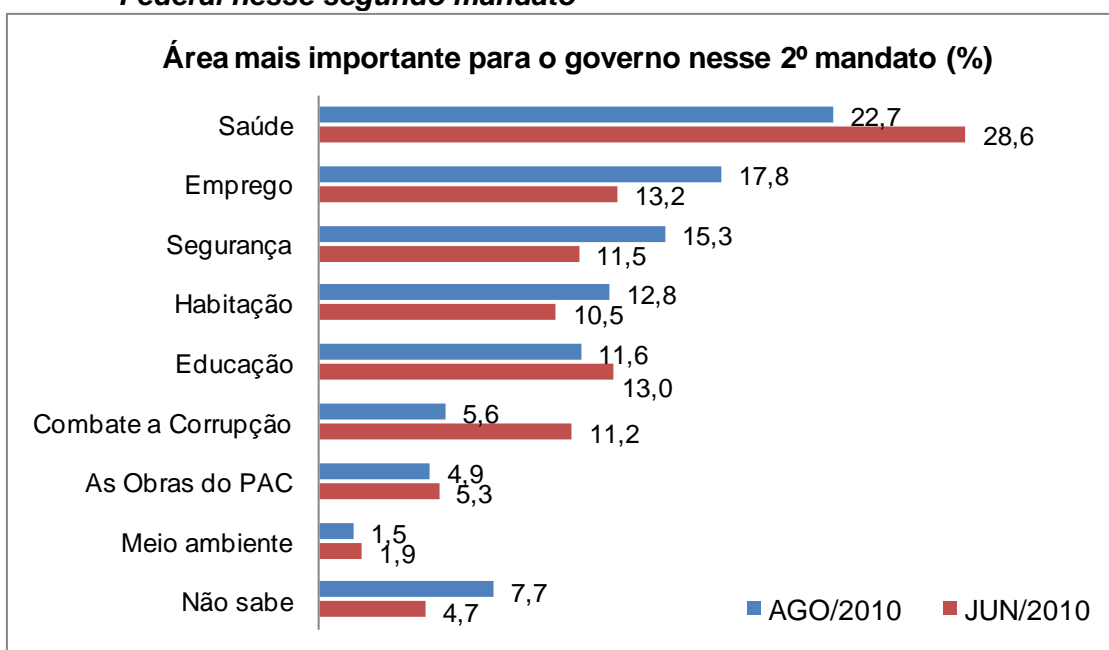


FIGURA 6.9 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula, histórico por Região Geográfica



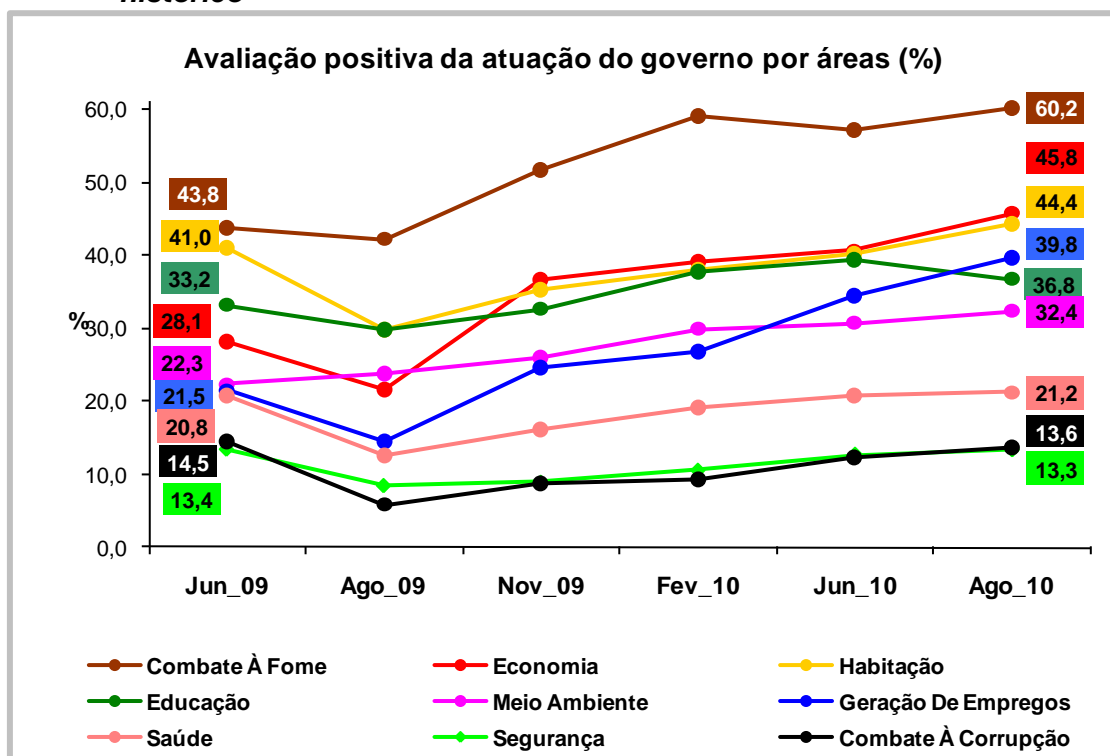
Na opinião da população brasileira, a saúde é a área mais importante do Governo Federal nesse segundo mandato, apesar do declínio significativo do percentual atual em comparação com o percentual observado no levantamento anterior: em junho essa era a opinião de 28,6% da população, agora esse percentual é de 22,7%. A geração de emprego, que em junho era indicada por 13,2% da população como área mais importante, agora alcançou 17,8%. A mesma tendência de aumento se observou na área da segurança, passando de 11,5% no levantamento anterior para os atuais 15,3%, e na área da habitação, passando de 10,5% para 12,8%. As áreas da educação e combate a corrupção, a exemplo da área da saúde, perderam espaço entre as áreas consideradas importantes nesse segundo mandato do Governo Lula: no mês de junho 13,0% da população indicava a educação como área mais importante do governo. Em agosto esse percentual declinou para 11,6%. Redução mais significativa se deu em relação à área de combate a corrupção, declinando de 11,2% para 5,6% no período.

FIGURA 6.10 – Área considerada como a mais importante pelo Governo Federal nesse segundo mandato



A atuação do governo Federal avaliada positivamente em maior proporção segue sendo a área de combate a fome: 60,2% da população que conhecem a atuação do governo nessa área a consideraram como ótima ou boa. A atuação do governo na economia foi avaliada positivamente por 45,8% da população que conhece a atuação do Governo na área.

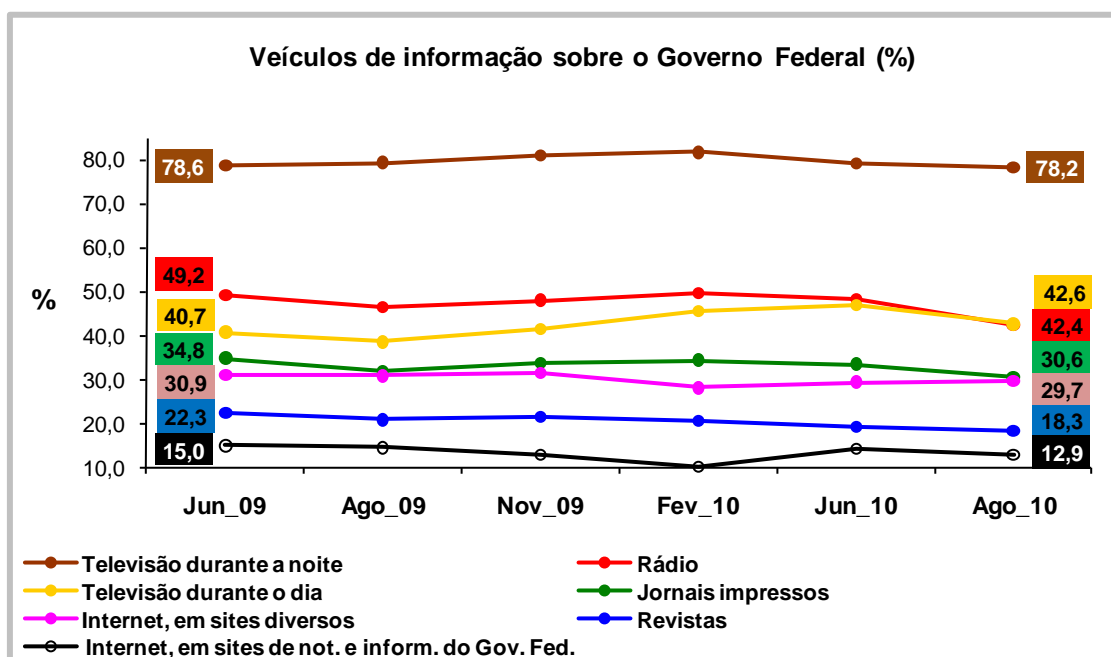
FIGURA 6.11 – Avaliação da atuação do Governo Federal por áreas, histórico



7. FONTES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

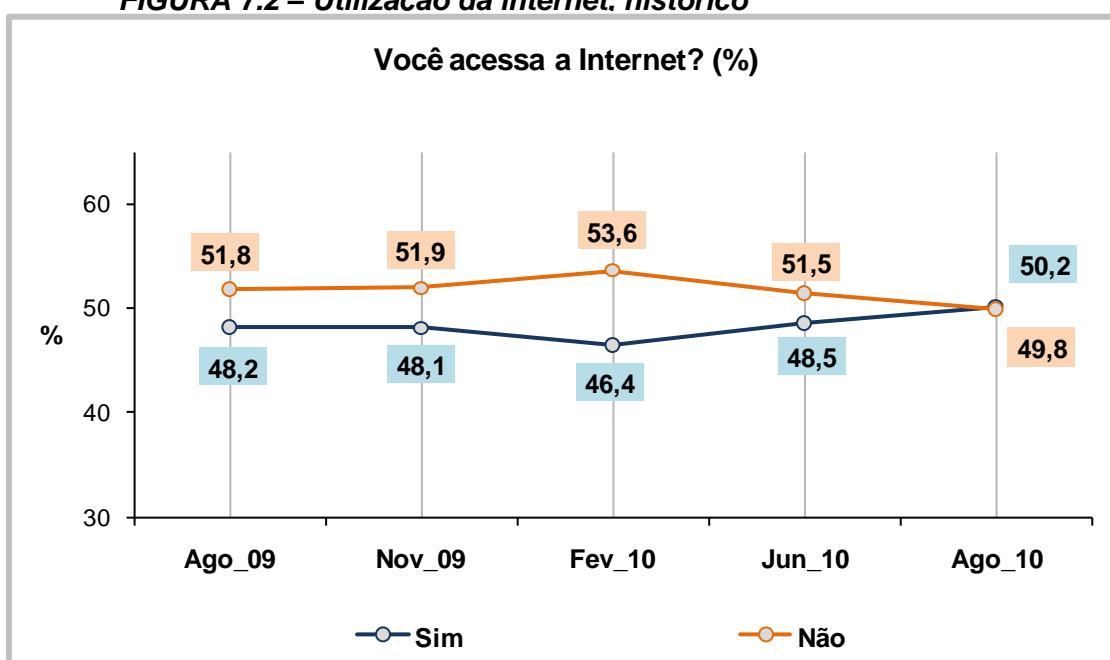
Entre os principais veículos utilizados como fonte de informações sobre o Governo Federal destaca-se a televisão, durante a noite, utilizada por 78,2% da população brasileira, seguida pela televisão durante o dia (42,6%) e pelo rádio, 42,4%. A análise da série histórica indica uma tendência de declínio no percentual da população que utiliza o rádio como veículo de informação sobre o Governo Federal: em Junho de 2009 esse percentual era de 49,2% da população brasileira, declinando para os atuais 42,4%. Os sites do Governo Federal são utilizados por 12,9% da população.

FIGURA 7.1 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, histórico

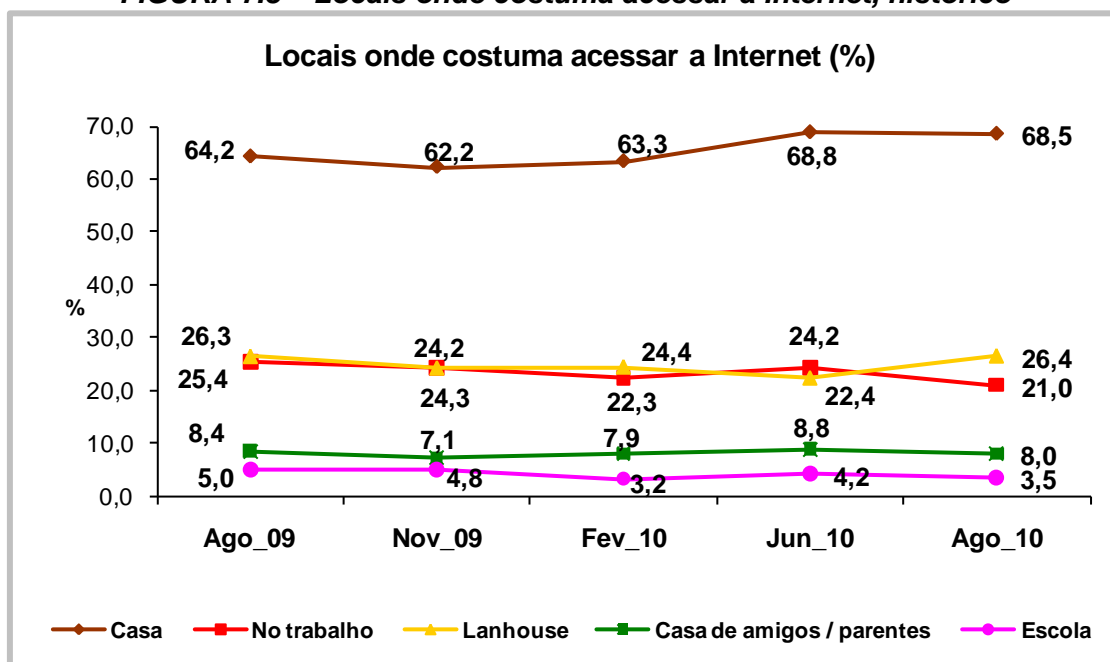


A Internet se consolida como um dos principais meios de informação e comunicação entre a população brasileira: atualmente, metade da população acessa a internet no Brasil.

FIGURA 7.2 – Utilização da internet. histórico

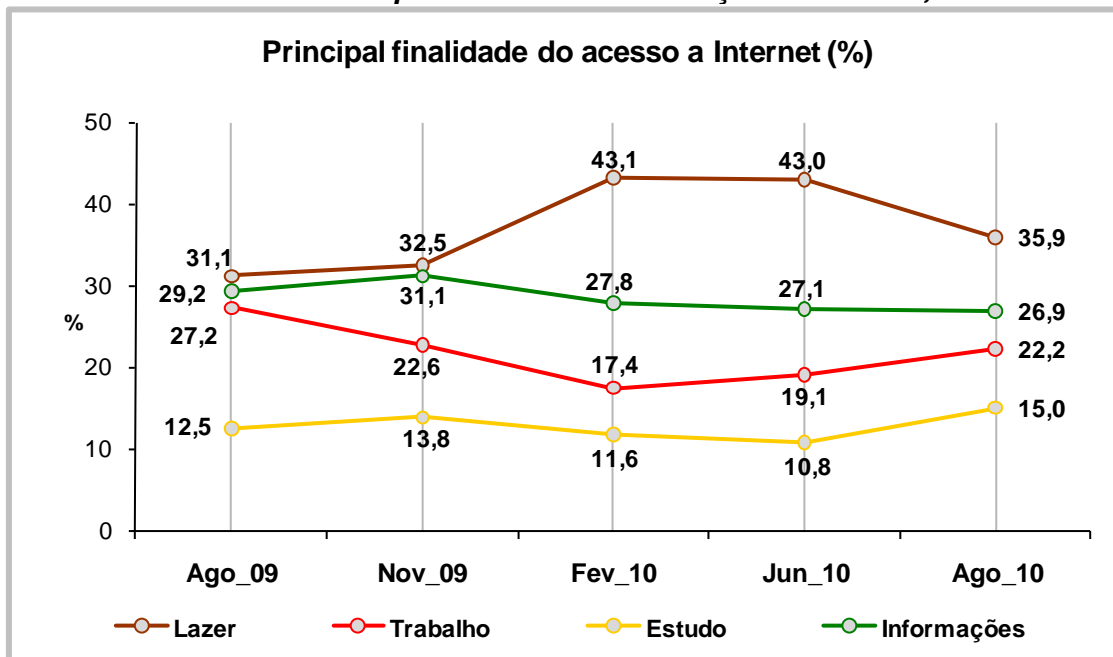


O local de acesso a internet mais comum entre os usuários da rede é a própria residência (68,5%). Outra parcela considerável desses usuários acessa a rede no trabalho (21,0%) e outros 26,4% através de *Lan-Houses*. Tendências similares foram observadas nas pesquisas realizadas anteriormente, verificando-se ainda uma tendência de aumento no número de usuários domésticos (que possuem acesso em sua própria residência).

FIGURA 7.3 – Locais onde costuma acessar a Internet, histórico

O lazer é a finalidade que ocupa a maior parte do tempo de acesso de 35,9% dos usuários da Internet, seguido pela busca de informações (26,9%). Observou-se no levantamento de agosto considerável declínio do percentual de entrevistados que indicaram o lazer como principal finalidade de uso da Internet, recuando a patamar mais próximo do observado no mesmo período do ano de 2009. Apesar de o histórico observado ser ainda insuficiente para demonstrar comportamento temporal cíclico, há indicativo de que essa oscilação na finalidade de utilização da internet pode estar associada a períodos de férias (fevereiro e junho), elevando o percentual de pessoas que acessam a internet para lazer nesses períodos.

FIGURA 7.4 – Principal finalidade de utilização da Internet, histórico



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir serão apresentadas, de forma tópica, breve e resumida, as considerações finais desta pesquisa, resultantes da análise do conjunto dos dados coletados.

- 1) Os resultados da presente pesquisa e a análise histórica de acompanhamento sobre os vários aspectos das percepções da situação do país na atualidade e da atuação do Governo Federal apontam para o crescimento significativo dos percentuais de avaliação positiva. A melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos foi percebida por proporção relativamente maior de entrevistados, passando de 53,8% em junho de 2009 para 67,2% em junho de 2010, aumentando para 68,9% no levantamento atual. Corroborando esta avaliação positiva, a percepção de que os salários vêm aumentando nos últimos anos passou de 47,9% em junho de 2009 para 61,5% em um ano depois, permanecendo em níveis estáveis no levantamento de agosto de 2010: 61,3%. A situação financeira individual também indicou clara tendência de crescimento das avaliações positivas: em junho de 2009 20,7% da população brasileira consideravam que sua situação financeira individual havia melhorado nos últimos seis meses; um ano depois, esse percentual alcançou 36,2%, apresentando um leve declínio no levantamento atual: 35,8%. A análise do histórico desses aspectos por Região Geográfica evidencia aumentos significativos nas avaliações positivas em todas as regiões.
- 2) A situação relativamente melhor também é indicada pela tendência de crescimento da expectativa otimista quanto ao futuro do país: em junho de 2009 46,4% da população acreditavam que a situação do Brasil iria

melhorar nos próximos cinco anos; um ano depois esse percentual subiu para 50,8%, chegando aos atuais 55,7%.

- 3) Em função desse quadro de otimismo observou-se também uma tendência de crescimento da proporção de entrevistados que avaliaram a situação do país positivamente, passando de 31,6% em junho de 2009 para 44,0% um ano depois, alcançando 47,1% no levantamento atual.
- 4) A saúde segue destacando-se como o principal problema do país (opinião de 33,4% da população) e também como a área prioritária desse segundo mandato do Presidente Lula (opinião de 22,7% da população). A área da segurança e o desemprego completam a lista de principais problemas, mantendo-se a tendência de levantamentos anteriores.
- 5) O cenário predominante otimista dos indicadores da situação do país neste período de acompanhamento dos níveis de satisfação e avaliação relacionados ao crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população, aumento dos salários em geral, aumento do poder de compra e diminuição da pobreza, impulsionou de forma significativa a tendência de crescimento dos índices de avaliação positiva do Governo Federal, do Presidente Lula e da equipe do Governo, batendo novos recordes de avaliação positiva.
- 6) A avaliação positiva do Governo Federal passou de 49,2%, verificado em junho de 2009, para 64,4% em junho de 2010, e agora alcança o percentual de 66,3%. A mesma tendência se verificou na proporção de avaliação positiva do desempenho do Presidente Lula, que passou de 60,5% em junho de 2009 para 76,2% em junho de 2010, alcançando em agosto de 2010 79,7% de avaliações positivas. O mesmo ocorreu com o índice de avaliação da equipe do governo federal, passando de 35,3%

em junho de 2009 para 53,6% um ano depois, e alcançando atualmente 62,5% de avaliação bom ou ótimo.

- 7) A avaliação positiva dos programas avaliados (Escolas Técnicas Federais, Bolsa Família, Farmácia Popular Pró-Jovem, Samu, Prouni e Pronsci) apresentou um ligeiro declínio no levantamento de agosto em comparação com os dados observados em junho, com exceção do PRONASCI.
- 8) A proporção de entrevistados que têm algum conhecimento sobre o PAC permaneceu em níveis estáveis neste período de avaliação, passando de 48,8% em junho de 2009 para 50,8% atualmente. A avaliação positiva do PAC, que em junho de 2009 era 53,0%, passou para 56,7% no levantamento atual, apresentando uma tendência de declínio nos últimos dois levantamentos.
- 9) Uma parcela expressiva da população brasileira afirmou já ter ouvido falar no Programa Minha Casa Minha Vida (79,8%). Outros 20,2% nunca ouviram falar no Programa, ou não têm certeza de que ouviram falar. Apesar do declínio verificado em relação ao levantamento realizado no mês de junho de 2010, esses índices apontam para um aumento significativo do percentual da população que conhece o Programa Minha casa Minha Vida, na comparação com as pesquisas realizadas nos meses de novembro de 2009 e fevereiro de 2010.
- 10) As fontes de informação sobre o Governo Federal apresentaram no geral as mesmas tendências verificadas em levantamentos anteriores. No entanto, o levantamento atual consolida a tendência já verificada nos levantamentos anteriores, e a televisão durante o dia superou o rádio como veículo fonte de informações sobre o Governo Federal.

- 11) A Internet se consolida como um dos principais meios de informação e comunicação, sendo acessada por mais da metade da população brasileira. Entre os usuários de internet, 68,5% são os chamados usuários domésticos, ou seja, acessam a rede em suas próprias residências.
- 12) A mudança quanto à forma de ação do Brasil em relação aos demais países do mundo é percebida por maioria da população brasileira: 68,7%. O principal aspecto percebido se deve a maior atuação do país nas discussões de grandes questões. Esse aspecto foi indicado por 36,2% do segmento que percebeu mudanças na atuação do Brasil em relação aos demais países. A avaliação da atuação do Brasil em assuntos relacionados aos demais países do mundo é positiva: 66,8% da população percebem essa atuação como boa ou ótima.
- 13) O nível de conhecimento da população sobre as questões relacionadas à política externa do Brasil apresentou índices expressivos de desconhecimento sobre os temas mencionados: 32,5% da população brasileira desconhecem o MERCOSUL; 49,5% da população afirmaram não conhecer sobre o programa nuclear do Irã; 36,9% não possuem qualquer conhecimento sobre o Conselho de Segurança da ONU. É expressivo também o percentual da população que não sabe avaliar, por falta de conhecimento a cerca do assunto, a participação e a atuação do Brasil em grupos como a OMC e o G-20, assim como na criação de blocos político-econômicos, como UNASUL, BRIC e IBAS.
- 14) As questões do Brasil relacionadas aos países africanos apresentaram grande divergência de opinião entre a população, assim como percentuais expressivos de pessoas que não sabem opinar sobre essas questões: 37,3% da população brasileira não sabem se posicionar em relação à dívida histórica do país com os países africanos; 23,7% não

sabem se o Brasil está agindo corretamente ao perdoar a dívida dos países africanos; e 22,7% não sabem se o Brasil deve aumentar suas relações com estes países.

- 15) O ponto relacionado aos países africanos de maior divergência de opinião é sobre a dívida histórica com estes países: 32,1% não concordam que o Brasil tenha uma dívida histórica com os países africanos, enquanto que 30,6% concordam com a afirmação. Outro ponto polêmico se refere às dívidas dos países africanos: enquanto 40,7% concordam com fato de o Brasil perdoar as dívidas dos países africanos, 35,6% manifestaram opinião contrária.
- 16) Os níveis de conhecimento sobre as questões avaliadas estão associadas às faixas de renda familiar mensal da população: no segmento populacional de renda mais alta a proporção da população que conhece e sabe avaliar os temas é significativamente maior em relação ao segmento populacional de renda familiar mais baixa.